

EXTENSÃO

DO

**QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSISTÊNCIA AO
DESENVOLVIMENTO**

PARA 2010-11¹

MOÇAMBIQUE

¹ O UNDAF 2010-2011 é uma extensão do UNDAF de 2007-2009.

Índice:

1.	NARRATIVA	3
1.1.	Contexto.....	3
1.2.	Síntese do Processo de Elaboração da Extensão do UNDAF 2010-2011	3
1.3.	Síntese das Lições Aprendidas do UNDAF 2007-2009	4
1.3.1.	Pilar da Governação	4
1.3.2.	Pilar do Capital Humano	5
1.3.3.	Pilar do HIV e SIDA	6
1.3.4.	Pilar do Desenvolvimento Económico	7
1.3.5.	Questões Transversais	8
1.4.	Dados sobre o Quadro Programático.....	8
1.4.1.	Situação Actual do País	8
1.4.2.	Dados sobre as Nações Unidas em Moçambique, incluindo “Delivering as One”	9
1.4.3.	Síntese das Áreas Estratégicas de Cooperação	10
1.4.3.1.	<i>Síntese do Pilar da Governação</i>	<i>11</i>
1.4.3.2.	<i>Síntese do Pilar do Capital Humano.....</i>	<i>12</i>
1.4.3.3.	<i>Síntese do Pilar do HIV e SIDA</i>	<i>12</i>
1.4.3.4.	<i>Síntese do Pilar de Desenvolvimento Económico</i>	<i>13</i>
1.5.	Estimativas dos Recursos para a Extensão do UNDAF 2010-2011	13
1.6.	Gestão, Monitoria e Avaliação do UNDAF	14
1.6.1.	Síntese dos Mecanismos de Coordenação	14
1.6.2.	Avaliações Conjuntas e Externas	15
2.	MATRIZES	17
2.1.	Pilar da Governação.....	17
2.2.	Pilar do Capital Humano	28
2.3.	Pilar do HIV e SIDA.....	40
2.4.	Pilar do Desenvolvimento Económico	49

1. NARRATIVA

1.1. Contexto

O Quadro de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDAF) actual de 2007-2009, que se encontra alinhado em termos de conteúdo e ciclo com o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), termina em 2009. O Governo de Moçambique decidiu prorrogar o PARPA II por um ano, i.e. até 2010. Após as próximas eleições agendadas para 28 de Outubro de 2009, espera-se que um novo Plano Quinquenal seja desenvolvido pelo Governo recém-eleito e aprovado pelo Parlamento no primeiro trimestre de 2010. Este plano irá cobrir o período de 2011 a 2015.

Após um vasto processo de revisão interna das opções de planificação para o próximo UNDAF e Programa das Nações Unidas para o País no contexto do novo Plano de Desenvolvimento do País, decidiu-se estender o actual UNDAF por mais dois anos, até 2011 e, posteriormente, desenvolver o próximo Plano das Nações Unidas, garantindo assim o pleno alinhamento com o plano do Governo. A prorrogação do actual UNDAF para o período de 2010 a 2011 irá manter as estratégias e abordagens comprovadas do programa actual. As metas para o período de prorrogação estão baseadas nas metas revistas do Quadro de Avaliação do Desempenho (PAF) bem como nas estratégias e planos sectoriais. O novo UNDAF (2012–2015) entrará em vigor um ano após o Plano do Governo cobrindo o período 2011–2015, e funcionará na base das principais metas e indicadores incluídos no PARPA III ou outros planos similares.

A extensão do UNDAF será a base para o Programa Único (*One Programme*) das Nações Unidas (2010-2011), que irá articular as actividades e orçamentos das Nações Unidas. Embora o documento da extensão do UNDAF seja curto, definindo a abordagem estratégica da ONU e do seu contributo geral para os resultados relevantes no Plano de Desenvolvimento Nacional, o *One Programme* apresentará as informações detalhadas necessárias sobre as acções específicas que a ONU irá realizar para alcançar os resultados esperados do UNDAF.

1.2. Síntese do Processo de Elaboração da Extensão do UNDAF 2010-2011

O Governo de Moçambique aprovou a proposta de prorrogação do UNDAF até 2011 e a elaboração de um novo UNDAF a partir de 2012, numa carta datada de 7 de Fevereiro de 2009. A extensão basear-se-á e manterá as estratégias e abordagens existentes do UNDAF 2007-2009. A extensão do UNDAF baseia-se nos indicadores e metas do PARPA II e é orientada por princípios fundamentais, incluindo a centralidade da liderança nacional, aproveitando a vantagem comparativa da ONU, e a experiência de todas as agências que apoiam as prioridades nacionais. À semelhança do UNDAF 2007-2009, os resultados do UNDAF prorrogado são definidos com base em cinco princípios orientadores:

- Alinhamento total entre os pilares seleccionados do UNDAF e do PARPA II.
- Clareza da resposta às prioridades do PARPA II.
- Envolvimento de pelo menos duas, de preferência três ou mais agências das NU, em todos os resultados do UNDAF.
- Prioridades baseadas em resultados mensuráveis/tangíveis com os respectivos pontos de partida.
- Contributos complementares pelos parceiros de desenvolvimento das NU em todos os resultados planificados.

O esforço colectivo efectuado pelas organizações das Nações Unidas e os parceiros nacionais na elaboração, implementação, na monitoria e avaliação das actividades visa atingir de forma eficaz

e eficiente os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e outros compromissos internacionais.

1.3. Síntese das Lições Aprendidas do UNDAF 2007-2009

A preparação do UNDAF de terceira geração 2007-2009 coincidiu com a elaboração do PARPA II, que proporcionou uma oportunidade única para simplificar e uniformizar o processo do UNDAF com o do PARPA II. Para beneficiar desta oportunidade e, como passo importante para uma maior harmonização e alinhamento dos esforços da ONU com os do Governo e parceiros de desenvolvimento, a Equipa de Gestão das Nações Unidas no País (UNCT) decidiu renunciar a Avaliação Conjunta do País (CCA), empenhando-se em vez disso, estrategicamente e de forma coordenada na elaboração do Relatório Nacional do Progresso dos ODM de 2005 e em 2008 no desenvolvimento do PARPA II.

Como resultado, o UNDAF referente ao período 2007-2009 representa uma melhoria significativa em comparação com os dois UNDAFs anteriores. Está mais alinhado, tanto em termos de conteúdo como no ciclo, com o quadro de desenvolvimento nacional e o PARPA II, e tem como base a avaliação do país realizada pelo Governo. Além disso, descreve os resultados mensuráveis da ONU e traça, com clareza, os papéis e as contribuições complementares de cada agência. Adicionalmente, ele é mais estratégico, focalizado e baseado em resultados, com todos os resultados/impactos do UNDAF envolvendo pelo menos duas, três, ou mais agências das Nações Unidas, o que constitui uma base sólida para a programação conjunta.

Além disso, no âmbito do terceiro ciclo do UNDAF para o período 2007-2009, a Equipa de Gestão das Nações Unidas no País decidiu alinhar totalmente os seus planos anuais e ciclo de Monitoria & Avaliação (M&E) ao ciclo de planificação do Governo, que começa com a elaboração de Planos de Trabalho Anuais em Maio (em vez de Dezembro) do ano anterior (i.e. quando os Planos Económicos e Sociais Nacionais - operacionalização anual do PARPA - são desenvolvidos). Isto garante que os resultados esperados e a informação financeira das actividades no âmbito do UNDAF sejam fornecidos atempadamente aos respectivos sectores para permitir a integração no Plano Económico e Social, do Orçamento do Estado e Planos de Acção Sectoriais. Além disso, a partir de 2007, realizou-se uma avaliação conjunta do Governo e ONU das actividades do UNDAF.

Todas estas melhorias que surgiram no âmbito do UNDAF de terceira geração 2007 a 2009 destacam a importância e os ganhos óbvios do alinhamento dos instrumentos de planificação, monitoria e avaliação e mecanismos de coordenação da ONU com os do Governo e outros parceiros de desenvolvimento.

1.3.1. Pilar da Governação

O pilar de Governação é constituído por 6 resultados gerais que abrangem os temas de planificação, descentralização e consolidação de democracia entre outros.

Como parte de capacitação das instituições Governamentais a nível descentralizado, 42 distritos formularam os seus planos com base nos ODMs. Outra principal realização foi a operacionalização da estratégia e-Governmental nacional através da criação do seu secretariado. Em todas as províncias está operacional uma GovNet com um sistema de armazenamento de documentos comum. Outro marco importante foi a regulamentação dos Observatórios de Desenvolvimento que estão a ser implementados na maioria das províncias com base nas orientações formuladas com a participação das Organizações da Sociedade Civil e de organizações juvenis (cerca de 800).

Este apoio, ao apoio ao desenvolvimento de capacidades do Governo para implementar o processo de descentralização provou ser um exercício bastante complexo, e uma abordagem gradual demonstrou que o progresso pode ser alcançado através da testagem e introdução de novas metodologias. O desenvolvimento de capacidades a nível descentralizado requer investimento quer nas estruturas governamentais como em recursos humanos, incluindo o investimento na utilização das tecnologias informáticas e abordagem de questões relativas à justiça, à igualdade de género, aos direitos humanos e na gestão e redução de riscos as calamidades naturais e mudanças climáticas. O apoio das Nações Unidas ao sector da justiça demonstrou ser eficaz, dada a neutralidade e universalidade do Sistema das Nações Unidas na abordagem de questões relacionadas com os direitos humanos e a justiça. Alguns momentos a destacar, foi a realização do segundo recenseamento geral da população e habitação em 2007 pelo Governo o que veio reforçar a disponibilidade de dados sócio demográficos necessários para os processos de planificação e a aprovação pela assembleia da Republica da lei sobre a violência doméstica contra as mulheres.

Na área de implementação de programas, verificou-se que o apoio das Nações Unidas focalizado, envolvendo apenas algumas agências chave seleccionadas, é fundamental para garantir a continuidade da eficácia do Sistema da ONU em Moçambique. A coordenação intersectorial, as acções de capacitação até ao nível distrital/local contribuirão para o desenvolvimento das zonas rurais e urbanas.

1.3.2. Pilar do Capital Humano

O pilar de Capital Humano é constituído por 5 resultados gerais que abrangem às áreas de educação, saúde e água e saneamento e segurança social.

Um resultado a destacar foi o apoio providenciado ao MISAU em 2008, para realizar duas rondas de Semanas Nacionais de Saúde da Criança, ao longo das quais 3.2 milhões de crianças menores de cinco anos foram vacinadas contra o sarampo e suplementadas com vitamina A (segunda ronda), enquanto 2.5 milhões foram triadas para malnutrição e 2.9 milhões foram suplementadas com vitamina A (primeira ronda). Também o MISAU recebeu apoio, no âmbito de um acordo tripartido estabelecido, no qual 15.000 crianças com desnutrição moderada e severa dos 6-59 meses de idade se beneficiaram de suplemento nutricional. Um grande esforço de advocacia foi realizado pelas agências das NU para o desenvolvimento de documentos chave para a SMNI tais como a Estratégia das casas de espera para as mulheres grávidas; Estratégia das Parteiros Tradicionais; Estratégia de Reposicionamento do Planeamento Familiar e Plano Nacional Integrado (PNI) para o alcance dos ODMs 4&5, todos aprovados no início de 2009.

No âmbito da água e saneamento certifica-se um aumento ao acesso de água e saneamento em vários distritos e uma melhoria no comportamento de higiene com 650.000 pessoas em 23 distritos tiveram acesso à água potável, 58.000 pessoas adicionais tiveram acesso ao saneamento seguro e 205.000 receberam educação sanitária em 2007 e 2008. No que consta a expansão e fortalecimento de redes de protecção e segurança social para os mais desfavorecidos, 308,878 pessoas têm acesso às redes de protecção e segurança social², representando um aumento significativo em relação ao valor no início do período. Na luta para a erradicação da malária. No entanto o número de mulheres e crianças a utilizar redes tratadas com insecticidas (ITN) aumentou com a provisão de 738.000 ITNs e LLINs, incluindo às mulheres grávidas e COVs e

² Deste total, 181'404 beneficiaram dos Programas do MMAS/INAS, 101'877 recebem uma pensão do Ministério das Finanças como ex-funcionários públicos (civis e militares) e 25'597 receberam uma pensão do INSS.

introduzida a primeira linha de tratamento da malária ao nível comunitário, incluindo a formação e suprimentos a todos os níveis. Por outro lado, foi também melhorada a capacidade nacional a todos os níveis na formulação de políticas, estratégias, planos, normas, protocolos e directivas, através do apoio ao MISAU no desenvolvimento de vários documentos tais como o Plano Estratégico do Sector da Saúde 2007-2012 (incluindo o seu orçamento).

As principais lições aprendidas no âmbito do Pilar do Capital Humano incluem a necessidade de fortalecer a capacidade de Governo de prestar serviços de qualidade equitativamente, melhorar a recolha, tratamento, análise e utilização de dados e promover a coordenação interministerial para a implementação de serviços complementares. Apesar dos progressos alcançados neste pilar durante o período de 2007 a 2009, a persistência das disparidades no desenvolvimento humano aponta para a necessidade de aumentar as ligações entre os instrumentos de planificação e de orçamentação. Além disso, com a actual expansão de certos serviços, vários sectores lutam para proteger o nível de qualidade desejado. Para inverter esta tendência, são necessários significativos investimentos adicionais no desenvolvimento da capacidade humana e institucional, tanto ao nível nacional e sub-nacional do Governo, bem como ao nível da sociedade civil e das comunidades locais. Outra lição aprendida é a necessidade de reforçar os mecanismos de coordenação a todos os níveis e reforçar os sistemas de vigilância de rotina, particularmente ao nível local, a fim de monitorar a qualidade e o acesso aos serviços, incluindo o acesso dos mais vulneráveis.

1.3.3. Pilar do HIV e SIDA

Este Pilar é constituído por 6 resultados gerais que abrangem as áreas de prevenção, mecanismos de protecção social e a advocacia da integração do HIV e SIDA entre outras.

Na área de prevenção do HIV destaca-se a melhoria na capacidade técnica de resposta do governo na área da prevenção através do apoio técnico ao Grupo de Referência de Prevenção, da elaboração da Estratégia de Aceleração da Prevenção, do apoio ao desenvolvimento dos Planos Operacionais Provinciais de Comunicação para a Prevenção do HIV incluindo a produção de material de IEC sobre matérias de SSR e HIV/SIDA e a formação através de bolsas de estudo universitárias para os funcionários dos Ministérios e Direcções Provinciais pertencentes as equipas mínimas técnicas ligadas as áreas de saúde sexual e reprodutiva e prevenção do HIV e SIDA dos adolescentes e jovens. CNCS apoiado com um técnico da juventude, para garantir a integração de questões da juventude nas estratégias do sector.

No que diz respeito especificamente à componente de adolescentes e jovens, a expansão do programa nacional voltada para este grupo conheceu uma expansão significativa quer ao nível geográfico como também populacional e na cobertura de serviços, cobrindo neste sentido 100% do número total das províncias do país e 80% do número total de distritos do país, com uma cobertura populacional efectiva de 3.5 milhões de jovens e adolescentes na faixa etária dos 10-24 anos abrangidos pelo programa. Em relação a expansão de serviços para este grupo houve um aumento significativo na ordem dos 20% (193 > 229) em termos de número de unidades existentes, proporcionando também um aumento na cobertura alcançada por estes serviços em cerca de 24% (229,144 > 302,308).

Um outro aspecto importante que importa referir foi o avanço na produção de políticas públicas e sustentabilidade do programa de SSRAJ/HIV e SIDA com a aprovação das políticas de incentivos para educadores de pares nos sectores da Educação (isenção do pagamento de propinas no acto da matrícula) e Juventude (através do FAIJ).

Em relação às crianças expostas a transmissão vertical do HIV, até Junho de 2008, 17,470 crianças receberam a profilaxia ao HIV (79% da meta programada) e representa um incremento de 221% em relação ao ano 2005, cuja cifra era de 5,439 crianças. Em relação as actividades de monitoria e avaliação foi criado um Sistema de Monitoria no Ministério da Planificação para monitorar a integração do HIV e género nas actividades de Redução da Pobreza.

Foi também prestada assistência técnica conjunta das Nações Unidas no desenvolvimento e construção de consensos para a Proposta de Lei sobre a Defesa dos Direitos Humanos e a Luta contra a Estigmatização e Discriminação de Pessoas vivendo com HIV, que foi aprovada pelo parlamento no dia 11 de Dezembro de 2008 e promulgada pelo Presidente da República no dia 27 de Janeiro de 2009. Na área da mitigação foram levadas a cabo acções de mitigação do impacto do HIV, sobretudo na componente de protecção social, destacando-se: 116,304 COV (cerca de 70% do planeado) que tiveram acesso a pelo menos 3 serviços básicos, e de entre estes 45,000 tiveram assistência alimentar, através da parceria entre as Nações Unidas, o MMAS e as organizações da Sociedade Civil; 62,500 pessoas com doenças crónicas e suas famílias beneficiaram de assistência alimentar e activistas de 25 Cooperativas e Associações de Produtores em Manica treinados em assistência domiciliária a pessoas com doenças crónicas.

As principais lições aprendidas para o pilar do HIV e SIDA incluem a importância de uma divisão de trabalho clara entre as agências das Nações Unidas - um princípio que tem sido cada vez mais aplicado em todo o período 2007 - 2009. Através da Equipa das Nações Unidas sobre o SIDA, as actividades foram coordenadas entre as agências de uma forma flexível de acordo com as necessidades nacionais. Esta abordagem revela-se crucial para o sucesso do apoio à resposta nacional ao HIV. Um exemplo disto foi o apoio da ONU à formulação da Lei de Defesa dos Direitos e da Luta contra a Estigmatização e Discriminação das Pessoas Vivendo com HIV e SIDA. A Lei abrangia uma ampla gama de questões que exigiam o contributo de todas as agências que participam no pilar do HIV; por meio da coordenação, conselhos técnicos da ONU comunicaram-se de acordo com o princípio da Reforma da ONU “Communicating as One” (falar numa só voz) que facilitou sobremaneira o apoio ao Parlamento. Além disso, a Monitoria e Avaliação da epidemia do HIV e da resposta nacional continuam a revelar-se cruciais para assegurar que a ONU apoie programas que são eficazes à medida que a epidemia do HIV vai evoluindo. A monitoria e avaliação contínua permitiu à ONU ajustar as estratégias – por exemplo, maior enfoque no HIV e nutrição, HIV em situações de emergência - bem como ampliou as intervenções de prevenção que passaram a incluir mais grupos-alvo vulneráveis à infecção. Por último, uma lição aprendida na área da monitoria e avaliação foi que os resultados a um nível mais elevado devem ser medidos através de indicadores nacionais e não nos postos e projectos específicos apoiados pelas Nações Unidas.

1.3.4. Pilar do Desenvolvimento Económico

Este Pilar é constituído por 3 resultados gerais, nomeadamente apoio a formulação de políticas, estratégias e planos no âmbito do desenvolvimento económico; apoio ao desenvolvimento económico rural e urbano e apoio a para geração de rendimento para as comunidades mais desfavorecidas

Em relação ao terceiro resultado para geração de rendimento para as comunidades mais desfavorecidas foram apoiados 18,500 (9,000 mulheres) camponeses através do estabelecimento de 668 Escolas na Machamba do Camponês (metodologia *Farmer Field School*) no final da campanha agrícola 2007/2008 nas Províncias de Maputo, Sofala e Manica.

No âmbito do projecto conjunto das Nações Unidas para criação de cadeias de valor e melhoria da qualidade dos produtos agrários, fez-se a identificação de associações de produtores nas

Províncias de Nampula, Zambézia e Sofala que irão beneficiar de esquemas de crédito, fez-se o levantamento das condições de armazenagem de cereais nos silos familiares e iniciou-se a preparação de um manual para formação dos camponeses nesta área. Ainda mais, foi elaborado um estudo sobre gestão municipal de resíduos sólidos a nível nacional e apoio ao início do programa para o desenvolvimento de turismo cultural nas províncias de Nampula, Inhambane e Cidade de Maputo e o levantamento do respectivo património cultural, através do projecto conjunto das Nações Unidas para desenvolvimento de indústrias na área da cultura.

O Pilar de Desenvolvimento Económico só foi acrescentado ao documento do UNDAF em Fevereiro de 2008, i.e. um ano após o início do programa. Por isso, é ainda prematuro fazer uma avaliação aprofundada do seu desempenho. Todavia, uma lição importante é que não são apenas os mecanismos de coordenação intra-Nações Unidas que precisam de ser melhorados, mas também entre as agências da ONU e os parceiros do governo, especialmente ao nível provincial e distrital. A implementação conjunta das actividades da ONU em apoio ao Governo, no âmbito dos programas conjuntos, mostra que as sinergias criadas até agora estão a resultar numa maior eficiência e melhor resposta às prioridades governamentais. Isto é particularmente verdade e, relação ao trabalho no terreno em apoio ao desenvolvimento comunitário.

1.3.5. Questões Transversais

A integração de questões transversais, em geral, e de género e HIV em particular, continuou a ser um desafio embora com alguns progressos. Houve investimento no desenvolvimento de ferramentas para a integração das questões de género nos processos de planificação e orçamentação, o apoio à elaboração e divulgação de políticas e planos para a igualdade entre as mulheres e homens começou a dar resultados com as orientações para a Elaboração do PES/OE e BdPES requerendo a inclusão das questões de género com alocação de recursos e um aumento da resposta dos sectores ao nível central. Este é um sinal de que esta abordagem deve ser continuada, consolidada e expandida. A principal lição é que a capacitação encoraja o uso dos poucos dados e informações desagregados por sexo e género, respectivamente, e permite que se articule as dimensões de género relativas às diferentes áreas, particularmente ao nível local, o que finalmente contribuirá para um desenvolvimento equitativo. O apoio conjunto das NU ao processo de aprovação da Lei contra a Violência Doméstica contra a Mulher é outra acção cujo resultado é digno de realce no que diz respeito à promoção da igualdade de género e direitos humanos da mulher.

1.4. Dados sobre o Quadro Programático

1.4.1. Situação Actual do País

Desde a assinatura do Acordo de Paz em 1992, Moçambique tem sido visto como uma das histórias de sucesso na reconstrução e recuperação económica pós-conflito em África. O país realizou as suas terceiras eleições legislativas e presidenciais pacíficas e democráticas em Dezembro de 2004. As primeiras eleições autárquicas foram realizadas em Novembro de 2008 e as eleições presidenciais, parlamentares e provinciais estão previstas para 28 de Outubro de 2009, reafirmando o seu compromisso com a estabilidade política, governação democrática e reconciliação nacional. As ambiciosas reformas económicas, sociais e políticas resultaram num forte crescimento económico, numa média de 9% entre 1997 e 2003. Apesar destas realizações, os desafios persistem: Moçambique continua sendo um dos países mais pobres do mundo, classificado no 172º lugar dos 177 tanto no Índice de Desenvolvimento Humano de 2007 como no Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género. De igual modo, o PIB de Moçambique é baixo, situando-se no 150º lugar dos 157 países participantes no *Global HDR 2007/2008*

Em Maio de 2005, o Governo de Moçambique aprovou um Plano Quinquenal, 2005-2009. Os principais objectivos do plano são: (i) redução dos níveis de pobreza absoluta, (ii) crescimento económico rápido e sustentável, (iii) desenvolvimento económico e redução das disparidades regionais; (iv) consolidação da paz, unidade nacional, justiça, democracia e cidadania; (v) combate à corrupção, criminalidade e burocracia, e (vi) reforço da soberania e cooperação internacional. Os objectivos do Plano Quinquenal são operacionalizados através do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), 2006-2009. Para alinhá-lo com o próximo Plano Quinquenal 2011-2015, o PARPA II foi posteriormente prorrogado até os finais de 2010. Ele define a estratégia de promoção do crescimento e redução da pobreza, segundo os pilares de: (i) Governança, (ii) Capital Humano; (iii) Desenvolvimento Económico, (iv) Desenvolvimento Macroeconómico; (v) Questões Transversais. As agências da ONU participaram activamente na elaboração do PARPA II para assegurar a plena integração do seu quadro de planificação e programação na agenda geral de desenvolvimento nacional. O PARPA II é operacionalizado através de Planos Económicos e Sociais anuais e do respectivo Orçamento do Estado.

A ajuda internacional ao desenvolvimento desempenha um papel crucial na luta que Moçambique trava contra a pobreza. Cerca de 50% da despesa pública anual é financiada com base na assistência externa. A forma como essa assistência é concedida mudou consideravelmente, com uma clara passagem para a harmonização, alinhamento e modalidades mais flexíveis de assistência tais como os Fundos Comuns Sectoriais e Apoio ao Orçamento Geral (GBS) para apoiar a implementação do PARPA. O GBS e os fundos comuns agora representam cerca de 40% do grosso dos compromissos de assistência. Este passo foi liderado pelo Parceria de Apoio Programático (PAP), um grupo de 19 doadores bilaterais e multilaterais fornecendo GBS ao Orçamento do Estado. O Governo e seus parceiros assinaram inicialmente um Memorando de Entendimento (MoU), em 2004, que define os princípios, condições e operações da Parceria de Apoio Programático (PAP). Um novo Memorando de Entendimento foi assinado em Abril de 2009. Este é um dos maiores memorandos em África, tanto em termos de volume como no número de doadores envolvidos. A PAP é organizada em torno de uma estrutura de 24 grupos temáticos, em que o Governo, os doadores, a ONU e a sociedade civil participam na monitoria dos progressos contra os indicadores do PARPA II, nomeadamente através de um processo de Avaliação Conjunta duas vezes por ano.

1.4.2. Dados sobre as Nações Unidas em Moçambique, incluindo “Delivering as One”

O ambiente de assistência ao desenvolvimento em Moçambique constituiu uma oportunidade para iniciar uma reflexão a nível do país sobre o futuro papel das Nações Unidas.

Como parte deste processo, a Avaliação Intermédia de 2004 do segundo UNDAF para Moçambique (2002-2006) representou a primeira etapa de uma série de revisões internas e externas para discutir o reposicionamento das Nações Unidas dentro do ambiente em mudança.

Em resultado destas discussões, a UNCT foram identificadas oito áreas de vantagem comparativa do sistema das Nações Unidas em Moçambique.

- **Advocacia** em prol dos valores fundamentais das Nações Unidas;
- **Serviços de assessoria** normativa e técnica;
- **Capacitação institucional nacional**; aos níveis nacionais e sub nacionais
- **Apoio à expansão nacional de programas** baseados em evidências;
- **Implementação dos serviços**;
- **Apoio à resposta humanitária nacional**;
- **Inclusão da voz da sociedade civil** nas discussões; e

- **Estabelecimento de parcerias** entre todos os actores.

À luz dos actuais desafios enfrentados no trabalho em prol da realização dos ODMs em Moçambique, a ONU continuará a concentrar o seu apoio nestas oito áreas durante o período de extensão do UNDAF, 2010-2011. Todavia, dada a rápida evolução do ambiente de ajuda, introdução da Iniciativa “Delivering as One” em Moçambique e a crescente mudança dos doadores para uma prestação de Apoio ao Orçamental Geral, o papel da ONU está a mudar. Assim, para se reposicionar no novo ambiente de ajuda e gradualmente avançar para a Iniciativa “Delivering as One” em Moçambique, a ONU irá concentrar-se cada vez mais nas quatro áreas seguintes:

- **Política e advocacia** sobre os valores fundamentais das Nações Unidas, incluindo os direitos humanos, a igualdade de género, a segurança humana e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- **Apoio normativo e técnico**, definição de padrões e assegurar o controlo de qualidade, além de prestar assessoria técnica de acordo com os respectivos mandatos das agências;
- **Desenvolvimento de capacidades** ao nível central e ao nível descentralizado, particularmente reforçando a capacidade do Governo de disponibilizar os recursos adicionais canalizados a partir do Apoio Directo ao Orçamento (DBS) através do Orçamento Geral do Estado, e
- **Parcerias com a sociedade civil**. Dada a sua imparcialidade, a ONU é um facilitador e mediador ideal para promover as parcerias.

1.4.3. Síntese das Áreas Estratégicas de Cooperação

O objectivo global do UNDAF é apoiar os esforços nacionais para reduzir a pobreza, reforçar a governação democrática e alcançar um crescimento e desenvolvimento equitativos, a fim de reduzir as disparidades prevalentes no país. Para poder atingir este objectivo, e com base nas vantagens comparativas das Nações Unidas no apoio aos objectivos do PARPA II e realização dos ODMs até 2015, o UNCT aceitou centrar o seu apoio em quatro áreas de cooperação (ou pilares) interdependentes e mutuamente fortalecedoras. Foram identificados os seguintes resultados que constam no plano, a serem conseguidos em cada área de cooperação até 2011:

- **Resultado 1: Governação:** Reforçada a capacidade do Governo e das Organizações da Sociedade Civil (OSC) a nível nacional, provincial e local, para planificar, implementar e monitorar o desenvolvimento socioeconómico de uma forma transparente, responsável, equitativa e participativa de modo a atingirem os ODMs.
- **Resultado 2: Capital Humano:** Maior acesso e uso dos serviços básicos de qualidade e protecção social e sua utilização pelas populações mais desfavorecidas, particularmente as crianças, jovens e mulheres visando para reduzir a sua vulnerabilidade até 2011.
- **Resultado 3: HIV e SIDA:** As pessoas, a sociedade civil, as instituições privadas nacionais e locais estão empoderadas para travar a propagação do HIV no seio da população de maior risco e por mitigarem o seu impacto.
- **Resultado 4: Desenvolvimento Económico:** Aumentar a oportunidades económicas igualitárias para assegurar modos de vida sustentáveis para homens e mulheres.

Dentro do quadro estratégico do UNDAF e como parte do compromisso da ONU de trabalhar em prol da Iniciativa “Delivering as One” em Moçambique, o Programa Único (*One Programme*) foi desenvolvido para garantir a realização dos resultados estratégicos chave em todos os quatro pilares do UNDAF. Pretende-se preparar o caminho para uma reforma da ONU centrando-se num subconjunto de resultados que reconheça as vantagens comparativas da ONU, ilustrem igualmente o seu valor acrescentado no novo ambiente de ajuda e contexto global de

desenvolvimento de Moçambique. Como parte do Programa Único, nove programas conjuntos (JPs) foram, até agora, aprovados e estão a ser implementados no âmbito dos quatro pilares do UNDAF, como se segue:

- **Pilar da Governação:** contém três JPs: (i) Apoio à Descentralização e Desenvolvimento Local Integrado; (ii) Empoderamento da Mulher e Igualdade de Género, e (iii) Capacitação das Organizações da Sociedade Civil, incluindo a comunicação para o empoderamento;
- **Pilar do Capital Humano:** contém três JPs: (i) Preparação para Situações de Emergência e Redução de Risco de Calamidades, (ii) Assegurar que as Populações Mais Vulneráveis Têm Acesso a uma Rede de Segurança Social; e (iii) Apoiar a disponibilidade, acessibilidade e provisão de serviços de alta qualidade na saúde sexual e reprodutiva, neonatal e infantil e nutrição (recentemente aprovado)
- **Pilar do HIV e SIDA:** contém um JP: (i) Reforço da Resposta ao HIV e SIDA em Moçambique;
- **Pilar do Desenvolvimento Económico:** contém três JPs: (i) Construção da Cadeias de Valor de Bens e Ligação aos Mercados para as Associações de Camponeses, (ii) Promoção do Emprego Juvenil, (iii) Integração do Meio Ambiente e Adaptação à Mudança Climática.

As agências de ONU também trabalham juntas nos programas conjuntos (JPs) com fundo do MDG Fund, por exemplo o JP “Valorização Ambiental e Adaptação à Mudanças Climáticas,” e “Criança, Segurança Alimentar e Nutrição.” As agências também trabalham juntas na iniciativa de ICT como parte da “One UN”.

Em cada resultado do UNDAF, os resultados do programa para o país juntamente com produtos, orçamentos correspondentes e papel dos parceiros de implementação foram desenvolvidos em conjunto com o Governo, doadores e sociedade civil. O Anexo A fornece uma visão geral sobre a relação entre o UNDAF e Documentos de Programação do País (CPDs), com a respectiva estrutura estratégica, bem como os resultados e principais produtos do UNDAF e principais resultados e o quadro de monitoria respectivo. A justificação para a selecção das áreas de cooperação está apresentada nas próximas quatro secções.

1.4.3.1. Síntese do Pilar da Governação

A boa governação é considerada no PARPA II como sendo a base sobre a qual assenta o desenvolvimento do capital humano e a redução da pobreza. O Governo pretende dar prioridade, a racionalização das funções dos órgãos do Estado com vista a responder aos objectivos planificados e a melhoria da coordenação intersectorial. O Governo pretende também descentralizar as funções dos órgãos estatais com implicações orçamentais ao nível distrital para facilitar o desenvolvimento local; consolidar a unidade nacional, paz, justiça e democracia; e melhorar a produtividade, especialmente nas zonas rurais através de uma maior integração da economia nacional.

Neste contexto, a ONU procurará apoiar os esforços nacionais nas áreas da Governação através do apoio focalizando o apoio em cinco áreas principais, nomeadamente:

- Descentralizada a capacidade do governo para o desenvolvimento participativo e planificação, monitoria e avaliação sensíveis ao género;
- Capacidade do governo de oferecer serviços básicos aos níveis descentralizados;
- Capacidades de gestão, harmonização e alinhamento das políticas nacionais;
- Governação democrática e reformas legislativas;

- Estado de direito, acesso à justiça e reformas penais; e
- Organizações e estruturas da sociedade civil na agenda de desenvolvimento aos níveis nacional e descentralizado.
- Elaboração da legislação e planificação descentralizada para gestão e redução de riscos as calamidades naturais e mudanças climáticas.

1.4.3.2. Síntese do Pilar do Capital Humano

Em consonância com as metas e com base numa abordagem baseada em direitos humanos, a ONU continuará a apoiar as prioridades nacionais e os esforços na área do Capital Humano através do enfoque no aumento do acesso e melhoria da qualidade dos programas sociais, incluindo o reforço das redes de segurança para as pessoas mais vulneráveis, bem como a redução de riscos de calamidades. Conforme o PARPA II estabelece, os investimentos no sector social, mesmo nos períodos de crises financeiras, são cruciais para reduzir as vulnerabilidades e implementar estratégias sustentáveis de redução da pobreza e de insegurança alimentar alcançar objectivos de desenvolvimento.

As acções específicas das Nações Unidas de apoio aos objectivos nacionais no âmbito do Pilar do Capital Humano durante os anos 2010-2011 e compreendem seis resultados nas áreas estratégicas, incluindo a melhoria do acesso aos serviços de qualidade e adequados (i) o ensino primário, (ii) a saúde e (iii) a água e saneamento, (iv) nutrição e segurança alimentar, (v) expansão de redes de segurança para a protecção social dos mais vulneráveis; e (vi) fortalecimento das capacidades de todos os sectores visando a sua prontidão e reposta a situações de emergência. Estes resultados serão prosseguidos com o objectivo de reduzir as disparidades no desenvolvimento humano, reforço das lacunas na capacidade institucional e reforço dos mecanismos de coordenação, monitoria e partilha de informações através de um maior envolvimento da sociedade civil e das comunidades.

1.4.3.3. Síntese do Pilar do HIV e SIDA

Reconhecendo o impacto devastador do HIV no desenvolvimento social e económico de Moçambique, e em consonância com as metas internacionais e as prioridades nacionais, o Sistema das Nações Unidas em Moçambique irá continuar com os seus esforços para capacitar pessoas, sociedade civil, instituições nacionais, locais, públicas e privadas para travar a propagação do HIV entre as populações de maior risco e mitigar o seu impacto. Este objectivo será alcançado através de um processo de priorização estratégica dos temas da estratégia e metas nacionais com as vantagens comparativas da ONU.

As acções específicas das Nações Unidas em apoio às prioridades nacionais nestas áreas deverão incluir os seguintes componentes: (i) implementação e expansão gradual de um amplo programa de prevenção que abrange as cinco áreas da Estratégia Acelerada de Prevenção, (ii) capacidade do Ministério da Saúde e das principais partes interessadas de providenciar o acesso a um pacote completo e reforçado de PTV que cubra, pelo menos, 65.000 mulheres grávidas e seus bebés recém-nascidos, (iii) aumento da capacidade do Ministério da Saúde e dos principais intervenientes de melhorar a cobertura de PVHIV de 30% para 40%, com ênfase nas crianças, beneficiando de um pacote de apoio padrão em pelo menos uma das seguintes áreas: Terapia ARV, profilaxia e tratamento das infecções oportunistas, alimentos e apoio nutricional, HBC e aconselhamento, (iv) 50% das COVs abrangidas pelo plano de acção para crianças órfãs e vulneráveis (ou pelo menos 205.000 crianças anualmente) juntamente com as suas famílias, terem acesso aos serviços básicos, alimentos e protecção social, (v) planos provinciais do sector público, planos de acção das redes da sociedade civil e planos de trabalho do sector privado integrados com HIV e SIDA, e Género e calamidades naturais, incluindo os respectivos recursos

para a implementação e (vi) reforçado o sistema nacional de monitoria e avaliação único, uniformizado e coerente que recolhe e dissemina dados desagregados de alta qualidade para informar, apoiar e avaliar a resposta nacional ao HIV/SIDA.

1.4.3.4. Síntese do Pilar de Desenvolvimento Económico

O Pilar de Desenvolvimento Económico visa, em harmonia com as políticas nacionais, promover o desenvolvimento económico e social equitativo, reduzindo as disparidades, com enfoque na redução da pobreza. Isto inclui: o apoio à criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento económico, através da formulação de políticas e estratégias com vista a uma maior integração da economia, nomeadamente a transição da economia informal para a formal, maior produtividade e disponibilidade e acesso aos alimentos e de bens de consumo, melhor gestão de recursos naturais e valorização das questões culturais e ambientais no desenvolvimento. Inclui também a promoção de emprego e de indústrias locais; o acesso aos mercados; a redução das importações; o aumento das exportações de produtos de elevado valor através da criação de infra-estruturas de melhor qualidade, o estabelecimento de um ambiente de negócios favorável e promoção do investimento; e o aprofundamento das reformas no sector financeiro, incluindo a diversificação e facilitação dos sistemas de arrecadação de receitas.

Para o período 2010-2011 o Pilar espera contribuir para a materialização dos seguintes objectivos:

- Formulação e implementação de políticas, planos e estratégias para promover o desenvolvimento económico equilibrado e sustentável.
- Melhoria da produtividade e a disponibilidade e acesso aos alimentos e bens de consumo, gestão dos recursos naturais e valorização de questões culturais e ambientais no desenvolvimento.
- Fortalecimento do crescimento económico através da promoção do emprego, das indústrias locais, do acesso aos mercados, ao comércio, aos serviços financeiros e infra-estruturas locais.

1.5. Estimativas dos Recursos para a Extensão do UNDAF 2010-2011

As estimativas dos recursos financeiros em cada um dos quatro pilares do UNDAF para o período de extensão de dois anos, 2010-11, são apresentadas na tabela abaixo, discriminadas por categoria de recursos e agência doadora (Recursos Regulares e Outros Recursos). O total de recursos previstos que deverão ser mobilizados pelo sistema das Nações Unidas em apoio aos objectivos da estratégia UNDAF para o período de implementação de dois anos, 2010-2011, totalizam **US\$ 391,183,121**, dos quais **US\$ 116,779,531** terão de provir de recursos centrais (Recursos Regulares - RR) e **US\$ 273,403.590** de recursos não-centrais (Outros Recursos - OR).

Tabela 1: Recursos Necessários para Extensão do UNDAF (2010-2011)

	Governança		Capital Humano		HIV e SIDA		Desenvolvimento Económico		TOTAL		TOTAL
	RR	OR	RR	OR	RR	OR	RR	OR	RR	OR	
PNUD/UNCDF	13.500.000	29.600.000	0	0	700.000	400.000	1.400.000	5.050.000	15.600.000	35.050.000	50.650.000
UNFPA	2.100.000	1.700.000	2.800.000	6.070.000	2.380.000	2.900.000	60.000	100.000	7.340.000	10.770.000	18.110.000
UNICEF	5.134.000	6.190.000	23.613.000	65.085.000	3.271.000	21.725.000	0	0	32.018.000	93.000.000	125.018.000
PMA	0	19.934.600	0	45.529.930	0	22.308.153	0	4.014.907	0	91.787.590	91.787.590
FAO	0	1.000.000	800.000	1.700.000	0	2.000.000	7.800.000	11.000.000	8.600.000	15.700.000	24.300.000
UNESCO	6.280.000	0	1.700.000	0	1.250.000	1.000.000	5.150.000	0	14.380.000	1.000.000	15.380.000
ACNUR	633.000	300.000	1.160.000	0	80.000	130.000	740.000	280.000	2.613.000	710.000	3.323.000
OMS	0	200.000	830.000	4.726.000	860.687	1.500.000	0	0	1.690.687	6.426.000	8.116.687
UNIDO	0	0	0	0	0	0	800.000	11.200.000	800.000	11.200.000	12.000.000
OIT	300.000	800.000	100.000	800.000	220.000	515.000	0	0	620.000	2.115.000	2.735.000
ONUSIDA	0	0	0	0	200.000	200.000	0	0	200.000	200.000	400.000
UNCTAD	0	0	0	0	0	0	0	750.000	0	750.000	750.000
IFAD	0	0	0	0	0	0	25.055.000	0	25.055.000	0	25.055.000
UNEP	0	0	0	0	0	0	1.302.844	0	1.302.844	0	1.302.844
ITC	0	0	0	0	0	0	1.600.000	1.500.000	1.600.000	1.500.000	3.100.000
UN HABITAT	300.000	2.250.000	1.000.000	600.000	0	0	300.000	500.000	1.600.000	3.350.000	4.950.000
UNIFEM	200.000	500.000	0	0	50.000	75.000	0	250.000	250.000	825.000	1.075.000
UNDOC	0	0	0	0	240.000	0	0	0	240.000	0	240.000
OIM	150.000	0	150.000	0	2.080.000	20.000	0	0	2.380.000	20.000	2.400.000
IAEA	0	0	0	0	100.000	0	390.000	0	490.000	0	490.000
Grand Total	28.597.000	62.474.600	32.153.000	124.510.930	11.431.687	52.773.153	44.597.844	34.644.907	116.779.531	273.403.590	391.183.121

Nota: RR: Recursos Regulares (financiamento nuclear) / OR: Outros Recursos (financiamento não nuclear)

1.6. Gestão, Monitoria e Avaliação do UNDAF

A extensão do UNDAF, 2010 a 2011, fortalece a base da UNCT de Moçambique para a monitoria do desempenho, elaboração de relatórios e prestação de contas. Reflectindo a estrutura da matriz de resultados do UNDAF, os indicadores de execução são apresentados de forma integrada para cada um dos resultados do Programa do País. Pretende-se com estes indicadores facultar um meio objectivo para verificar até que ponto os resultados do programa do país terão sido atingidos durante o período de vigência do UNDAF. Para cada indicador de resultado e output, são identificados as metas, linhas de base e os meios de verificação. A prestação de contas sobre esses indicadores é da responsabilidade das respectivas agências das Nações Unidas.

Os indicadores definidos para M&A do UNDAF, facilitarão a avaliação do UNDAF a um nível agregado, assim como a monitoria do progresso por cada agência das Nações Unidas. A monitoria dos resultados e outputs do UNDAF será feita com o uso da base de dados DevInfo.

O sistema da ONU em Moçambique, de acordo com a resolução 56/201 da Assembleia Geral de 21 de Dezembro de 2001, continuará a utilizar a Abordagem Harmonizada de Transferência de Fundos (HACT), dentro do quadro dos respectivos procedimentos das agências respectivas. Os princípios básicos são a harmonização e simplificação de procedimentos entre as agências das Nações Unidas para a transferência dos fundos para os parceiros de implementação. Neste mecanismo, as transferências monetárias estão em conformidade com os Planos de Trabalho Anuais acordados entre as agências da ONU e os parceiros de implementação, com base nas conclusões de uma avaliação da capacidade de gestão financeira pública dos parceiros de implementação. O âmbito e frequência das actividades de garantia de HACT são determinados com base no nível de capacidades de gestão financeira e, executados conjuntamente pelas agências das Nações Unidas, na medida do possível.

1.6.1. Síntese dos Mecanismos de Coordenação

Diversos grupos de trabalho e fóruns de coordenação já existem em Moçambique para assegurar a colaboração inter-agências e coordenação no seio do sistema das Nações Unidas, e entre as

Nações Unidas e o Governo de Moçambique, bem como com outros parceiros de desenvolvimento, incluindo os doadores bilaterais e multilaterais, Organizações Não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil. Estes mecanismos incluem os seguintes grupos de coordenação interna e externa da ONU visando estabelecer os mecanismos, processos e instrumentos necessários para a melhoria e monitoria da coerência das Nações Unidas a nível do país.

- **Equipa de Gestão da ONU no País (UNCT):** é composta pelos representantes de todas as organizações da ONU em Moçambique e coordena todos os esforços do sistema das Nações Unidas, discutindo também as questões sobre a segurança dos trabalhadores e fazendo a supervisão da Equipa das Nações Unidas sobre o SIDA.
- **Equipa de Gestão de Programas (PMT):** é composta pelos representantes adjuntos e funcionários seniores dos programas das agências participantes das Nações Unidas e orienta os subgrupos na coordenação dos três pilares do UNDAF sobre Governança, Capital Humano e Desenvolvimento Económico. O quarto pilar sobre o HIV/SIDA é coordenado pela Equipa das Nações Unidas sobre o SIDA.
- **Equipa de Gestão das Operações (OMT):** é composta por funcionários seniores das agências da ONU que sob os diferentes pilares, coordenam os resultados específicos, orientando a harmonização dos processos de trabalho em todas as agências da ONU, orientando também os sete grupos de trabalho que procuram estabelecer um recinto comum, TIC, finanças, recursos humanos, procurement, administração e protocolo.
- **Grupo de Trabalho das Comunicações (CWG):** é composto por especialistas de comunicação e relações exteriores e pontos focais das agências participantes da ONU e apoia a ONU a falar numa só voz (One Voice) e a tomar posições estratégicas no país.
- **Equipa das Nações Unidas sobre o SIDA (UNTAM):** é composta por todos os funcionários da ONU em Moçambique que trabalham sobre o HIV/SIDA e coordena o pilar do UNDAF sobre o HIV/SIDA, fornecendo contribuições técnicas à UNCT em prol da resposta nacional ao HIV/SIDA.
- **Equipa Humanitária no País (HCT):** é composta pelo Governo, ONU, ONGs parceiras e Sociedade Civil e apoia as autoridades nacionais de gestão e mitigação de calamidades na supervisão da preparação da ONU para emergências e actividades de mitigação de calamidades.
- **Grupo de Referência do UNDAF para a Monitoria e Avaliação (M&ERG):** é composta pelos pontos focais de M&A de todas as agências das NU e apoia a UNCT na monitoria do progresso em relação aos resultados e outputs acordados do UNDAF através do quadro de M&A do UNDAF.
- **Grupo de Trabalho sobre HACT:** é composto por funcionários seniores de programas e pessoal das operações para orientar a implementação da modalidade de HACT nas respectivas agências.
- **Comité Coordenador Conjunto sobre a Reforma do Sistema da ONU:** é composto por membros do Governo e ONU e supervisiona e lidera o processo de reformas das NU em Moçambique, incluindo a monitoria da implementação de todas as componentes do Plano Operacional da iniciativa “Delivering as One” do Sistema das NU.
- **Grupo Consultivo Tripartido:** é constituído por membros do Governo, ONU e principais doadores e apoia o Comité Coordenador Conjunto sobre a Reforma do Sistema das NU na supervisão e orientação do Processo de Reformas das NU em Moçambique.

No geral, a responsabilidade pela supervisão e pela monitoria do desempenho do progresso registado na realização dos resultados principais do UNDAF reside na UNCT, sob a liderança do Coordenador Residente. As reuniões regulares da UNCT irão estabelecer uma troca de informação contínua e de alto nível e fortalecer as parcerias, assim como melhorar a coordenação e a colaboração das Nações Unidas como um todo. A colaboração efectiva inter-agências,

incluindo a coordenação de visitas de campo conjuntas especialmente quando têm um objectivo comum ou relacionado e/ou onde o enfoque geográfico e comum, será incluída em todos os planos de trabalho e nas revisões das Agências. Nos casos em que os Programas Conjuntos ou as Estratégias transversais gerias, tais como o apoio á descentralização, são implementados por mais do que uma agência ou pelas Nações Unidas como um todo, deverá haver colaboração, sempre que possível, nas respectivas actividades de monitora e avaliação.

A UNCT irá manter e participar activamente em vários grupos de trabalho e fóruns de coordenação do Governo e no contexto de parceira mais alargada (com parceiros bilaterais, multilaterais e ONGs) As ligações serão fortalecidas pelos seguintes elementos: Fórum de Parceiros contra o HIV, Grupo dos Parceiros de Desenvolvimento (DPG), Código de Conduta para o Grupo de Trabalho sobre Eficácia da Ajuda, Grupo de Trabalho sobre a Declaração de Paris, Grupo de Coordenação do Género, SWAP da Saúde, SETSAN/ Grupo de Trabalho sobre Nutrição, Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar, SWAp da Educação, Sistemas de Análise e Monitoria da Pobreza (PAMS), Grupo de Trabalho de Água e Saneamento (GAS), Grupo Trabalho sobre Acção Social, Grupo de Trabalho dos Parceiros do PROAGRI, Fundo Global de Combate ao SIDA, Tuberculose e Malária (GFATM), Mecanismo de Coordenação do País (CCM), Pilar sobre Capital Humano do PARPA.

Avaliações Conjuntas e Externas

A monitoria da realização dos resultados chave das agências a título individual será da responsabilidade de cada agência e terá lugar de acordo como o ciclo de elaboração de relatórios do UNADAF. As revisões anuais e de meio-termo dos Programas do País feitas pelas agências a título individual analisarão o progresso em direcção aos resultados do UNDAF e esta informação será introduzida no Relatório Anual do Coordenador Residente das Nações Unidas. Estas revisões serão complementadas pelas revisões conjuntas de meio-termo e anuais da PAP efectuadas pelo Governo e seus parceiros de desenvolvimento. As referidas avaliações, que facultarão informação de retorno e orientação sobre a gestão do processo e dos resultados, irão garantir que os esforços das Nações Unidas se mantenham focalizadas nas prioridades nacionais, que se tire proveito das realizações e das lições aprendidas e que as melhores práticas sejam reconhecidas. No fim do período 2011, o Governo de Moçambique, as Nações Unidas e demais parceiros de desenvolvimento efectuarão uma avaliação conjunta cobrindo o período de cinco anos do UNDAF, 2007 – 2011. Além disso existe a possibilidade de realizar em 2010 algum tipo de avaliação seja em forma de uma Análise Comum do País (CCA) ou noutro formato, com vista a iniciar a formulação do novo UNDAF, cobrindo o período de 2010 a 2015.

2. MATRIZES

2.1. Pilar da Governação

<p>ODM(s): Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e fome Objectivo 2: Alcançar a educação primária universal Objectivo 3: Promover a igualdade do género e capacitar as mulheres Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil Objectivo 5: Melhorar a saúde materna Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças Objectivo 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental Objectivo 8: Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento</p>			
<p>SÍNTESE DAS PRIORIDADES NACIONAIS NO PILAR DA GOVERNAÇÃO SEGUNDO O ARTICULADO NO PARPA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Racionalizar as funções dos órgãos estatais para responder aos objectivos planificados, melhorar a coordenação intersectorial, e evitar a redundância; • Descentralizar as funções estatais até ao nível distrital com implicações orçamentais, para facilitar o desenvolvimento local. • Consolidação da unidade nacional, paz, justiça e democracia. • Aumentar a produtividade, particularmente nas zonas rurais, através de uma maior integração da económica nacional. 			
<p>AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS: PNUD³, UNCDF, FAO, UNICEF, UNFPA, PMA, UNESCO, ONUSIDA, OIT, UNIDO, UN-HABITAT, UNIFEM, ACNUR</p>			
<p>OUTCOME DO UNDAF: Até 2011, reforçada a capacidade do Governo e das Organizações da Sociedade Civil (OSC) ao nível nacional, provincial e local, para planificar, implementar e monitorizar o desenvolvimento socioeconómico de uma forma transparente, responsável, equilibrada e participativa para alcançar os ODMs</p>			
Outcomes ⁴	Metas/indicadores	Parceiros de Implementação/Colaboração	Orçamento Planificado (US\$) 2010-2011
1.1 Reforçada a capacidade do	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem da execução do Orçamento do Estado em sectores prioritários (<u>Linha de base</u>: 65% (2005); <u>Meta</u>: 	Governo: MPD, MoF, INE, MAE, Governos locais, MINAG, MICOA,	PNUD: 2,700,000 (RR)

³ PNUD é o Líder do Pilar e irá coordenar o trabalho das Nações Unidas na área do Pilar de Governação.

⁴ Vide os documentos relevantes da agência para resultados específicos de cada agência.

<p>governo descentralizado em todas as províncias, pelo menos 50 distritos e pelo menos 3 municípios, para o desenvolvimento participativo e planificação, monitoria e avaliação sensíveis ao género, avaliação das necessidades sensível ao género bem como a coordenação e parcerias.</p> <p>Agências participantes: PNUD, UNCDF, UNICEF, UNFPA, UNESCO, FAO, OIT, PMA, ACNUR</p>	<p>manter pelo menos 65% dos sectores prioritários, conforme definido no PARPA).</p> <ul style="list-style-type: none"> • 11 províncias, pelo menos 50 distritos e pelo menos 3 municípios com estratégias e planos baseados em ODM elaborados com a participação activa e contínua de todos os segmentos da sociedade. • 11 Províncias e pelo menos 50 planos distritais integram plenamente questões transversais com recursos alocados, em especial o HIV/SIDA, género, gestão de calamidades, segurança alimentar, meio ambiente, tecnologias de informação e comunicação e cultura (pelo menos 2 distritos e 2 províncias). <p>Fontes de Verificação: Planos e estratégias provinciais, municipais e distritais – PESOD e PES</p>	<p>SETSAN, OSC, ANAMM, Universidade A Politécnica</p> <p>Organizações da Sociedade Civil: Organizações Não Governamentais (ONGs); Organizações Comunitárias (OBCs)</p>	<p>UNICEF: 964,000 (RR) 300,000 (OR)</p> <p>UNFPA: 750,000 (RR) 500,000 (OR)</p> <p>UNESCO: 80,000 (RR)</p> <p>FAO: 1,000,000 (OR)</p> <p>OIT: 100,000 (RR) 200,000 (OR)</p> <p>PMA: 165,000 (OR)</p> <p>UNIFEM: 100,000 (RR) 500,000 (OR)</p> <p>UN-HABITAT 550,000 (OR)</p> <p>ACNUR: 80,000 (RR) 70,000 (OR)</p>
<p>Principais Resultados</p> <p>1.1.1 Reforçadas as capacidades de planificação, monitoria, orçamentação e avaliação de planos estratégicos integrados, com ênfase nas questões transversais como o género e o HIV/SIDA.</p> <p>1.1.2 Reforçadas as capacidades de apoio à coordenação das políticas descentralizadas, planos e construção de parcerias ao nível sub</p>	<p>Metas/Indicadores</p> <p>1.1.1 Percentagem de PESOE e PESOD elaborados de acordo com as directivas de 1998, os Manuais de Planificação Participativa e tomando em consideração as questões transversais (<u>Linha de base:</u> não existente; <u>Meta:</u> pelo menos 5 províncias e 11 distritos em Gaza, 8 em Cabo Delgado, 6 em Tete e 8 na Zambézia).</p>		

<p>nacional</p> <p>1.1.3 Desenvolvidos e implementados os sistemas financeiros e de gestão nacionais, incluindo orçamentos sensíveis ao género</p> <p>1.1.4 Reforçados os sistemas de informação que fornecem dados sócio-demográficos desagregados para a planificação, monitoria e avaliação por região, sexo, grupos vulneráveis, fiabilidade, sócio-cultural e sensíveis ao género para melhorar a planificação e M&A e um maior acesso à informação</p>	<p>1.1.2 Número de planificadores e pontos focais de género formados e assistidos sobre Orçamentação na Óptica de Género á nível central, provincial e distrital (<u>Linha de base</u>, 100 nas províncias de Nampula e Niassa Meta: 150 nas províncias de Nampula, Niassa e Gaza</p> <p>1.1.3 Número de sessões treinamentoe workshops virados a divulgação de metodologias de planificação participativa; número de participantes por sexo e unidades territoriais envolvidas (<u>Linha de base</u>: Não exista; <u>Meta</u>: Pelo menos todos distritos cobertos pelo PPF).)</p> <p>1.1.4 Percentagem de PESOE e PESOD apresentando dados desagregados por sexo, acções relacionadas ao género, devidamente orçamentadas e reportadas nos balanços semestrais e anuais (<u>Linha de base</u>: Não existe; <u>Meta</u>: a aparecer nos balanços semestrais a partir de 2010 globais, Pelo menos 5 Nampula, Niassa e Gaza).</p>		
<p>1.2 Melhorada a capacidade do governo de fornecer serviços básicos ao nível provincial, distrital e municipal.</p> <p>Agências participantes: PNUD, UNESCO e UNICEF, ACNUR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 3 províncias reestruturadas e com nova estrutura de pessoal aprovada pelo MAE e MF até 2011 • Pelo menos 3 serviços locais nas províncias, distritos e municípios prioritários registam um aumento de 10% na utilização dos serviços, até ao final 2011. • 15 novos CMCs e 4 CPRDs abertos até finais de 2011, e reforçada a capacidade de 20 CMCs. • Pelo menos 1 município com uma Estratégia de Desenvolvimento Municipal (CDS) aprovada, incluindo uma estratégia para a melhoria dos bairros pobres e provisão de serviços até 2011. • Pelo menos 11 instituições culturais capacitadas para prestar serviços e produtos culturais. <p>Fontes de Verificação: Orçamento Geral do Estado, relatório da reforma do sector público pelo Ministério das Obras Públicas, relatório do Ministério da Ciência e Tecnologia, e Estratégia de Desenvolvimento Municipal</p>	<p>Governo: MAE, MFP, MPD, MCT/UTICT, Governo Provincial, Distrital e Municipal.</p> <p>Parceiros de desenvolvimento bilateral e multilateral: Cities Alliance, United Cities and Local Governments (UCLG), UEM</p>	<p>PNUD: 4,300,000 (RR) 5,000,000 (OR)</p> <p>UNICEF: 1,214,000 (RR) 2,375,000 (OR)</p> <p>UNESCO: 3,000,000 (RR)</p> <p>UN-HABITAT 700,000 (OR)</p> <p>ACNUR 25,000 (RR) 100,000 (OR)</p>
<p>Principais Resultados</p> <p>1.2.1. Governo descentralizado e reestruturado para ser mais eficiente, eficaz e responsável</p>	<p>Metas/Indicadores</p> <p>1.2.1. Número de províncias e distritos com uma nova estrutura e um quadro de pessoal revisto, juntamente com a função e a descrição de funções</p>		

<p>1.2.2. Sistema sustentável para o Registo de Nascimento foi elaborado e está a ser implementado em 500 das 1102 localidades do País</p> <p>1.2.3. Melhorada a capacidade do Governo provincial, distrital e municipal para fornecer serviços básicos</p> <p>1.2.4. Criada a plataforma de Governo electrónico (E-government) para apoiar uma prestação de serviços mais eficiente, eficaz e responsável</p> <p>1.2.5. Capacidade do Governo descentralizado para planificação distrital integrada e M&A reforçada nos comités de planificação distrital nos sete distritos modelo.</p>	<p>da unidade revistas (<u>Linha de base:</u> 0; <u>Meta:</u> Nampula, Gaza e Cabo Delgado e pelo menos 80% dos distritos).</p> <p>1.2.2. Sistema Computarizado do registo de nascimento desenhado e a funcionar a nível nacional (<u>Linha de base:</u> no sistema (2006); <u>Meta:</u> sistema estabelecido e operacional)</p> <p>1.2.3. Percentagem de planos provinciais, distritais e municipais de implementação e monitoria que priorizam a provisão de serviços básicos. (<u>Linha de base:</u> N/D; <u>Meta:</u> 100%)</p> <p>1.2.4. Sistema criado e operacionalizado</p> <p>1.2.5. Número de distritos com informação e dados disponíveis sobre o nível de participação de mulheres e homens nos comités de planificação distrital. <u>Linha de base:</u> N/A; <u>Meta:</u> Sete distritos modelo</p> <p>Fontes de Verificação: Relatórios de monitoria e avaliação da reforma do sector público.</p>		
<p>1.3 Fortalecimento das capacidades de gestão, harmonização e alinhamento das políticas a nível nacional a jusante e a montante.</p> <p>Agências participantes: PNUD, PMA, UNFPA, UNESCO, UNICEF</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Política e estratégia de coordenação da ajuda do Governo elaboradas e principais marcos atingidos. • A unidade de ajuda do governo operacional. • Informações e dados dos departamentos do MPD são integrados na monitoria do PES • Lei da radiodifusão formulada e aprovada • Estratégia nacional da educação de adultos revista e aprovada • Política nacional de cultura elaborada e aprovada • Política de línguas formulada e aprovada • Número de funcionários públicos com habilidades adquiridas em questões de género (<u>Linha de base:</u> Sim; <u>Meta:</u> Sim) <p>Fontes de Verificação: Balanço do PES, Base de dados do PES no MPD, Política Nacional de Ajuda, Relatório anual)</p>	<p>Governo: MPD, MINEC, INE, governos provinciais</p> <p>Organizações da Sociedade Civil: Organizações Não Governamentais (ONGs); Organizações Comunitárias (OBCs)</p>	<p>PNUD: 2,500,000 (RR) 2,000,000 (OR)</p> <p>PMA: 462,000 (OR)</p> <p>UNFPA: 350,000 (RR)</p> <p>UNESCO: 600,000 (RR)</p> <p>UNICEF: 150,000 (RR) 50,000 (OR)</p>
<p>Principais Resultados</p> <p>1.3.1. Fortalecimento da capacidade de formulação e de reforma das políticas a montante e a jusante.</p> <p>1.3.2. Capacidade dos funcionários públicos formularem e gerirem políticas</p>	<p>Metas/Indicadores</p> <p>1.3.1. Política de ajuda externa aprovada e em implementação (<u>Linha de base:</u> não existe; <u>Meta:</u> a partir de 2010.).</p> <p>1.3.2. Plano de capacitação de pessoal das instituições públicas chaves</p>		

<p>e estratégias a nível nacional.</p> <p>1.3.3. Sistemas operacionalizados (qualidade dos mecanismos nacionais, provinciais, e distritais – Observatórios do Desenvolvimento) para garantir a monitoria contínua e constante do desenvolvimento no país em relação aos ODM e aos planos de desenvolvimento nacional, incluindo a monitoria do Orçamento do Estado desagregado.</p> <p>1.3.4. Análise do censo populacional de 2007 e dados socio-demográficos desagregados e disponíveis para a planificação do desenvolvimento em todas as províncias e distritos seleccionados.</p>		<p>(MPD, MF, MAE, MFP) aprovado</p> <p>1.3.3. Sistemas melhorados e harmonizados de planificação e monitoria do PARPA-ODM estabelecidos nas instituições alvo (incluindo pessoal qualificado) (<u>Linha de base:</u> não existente; <u>Meta:</u> MPD, MF, MAE, MFP).</p> <p>1.3.4. Publicações contendo resumos dos dados do censo populacional de 2007 e dados socio-demográficos desagregados disseminadas para todas as províncias do país (<u>Linha de base:</u> não; <u>Meta:</u> relatório disseminado)</p> <p>Fontes de Verificação: Planos de capacitação, publicações de informação estratégica, planos e relatórios de monitoria</p>	
Outcomes	Metas/indicadores	Parceiros de Implementação/Colaboração	Orçamento Planificado (US\$) 2010-2011
<p>1.4 Governança democrática e reformas legislativas fortalecidas para melhorar as abordagens baseadas nos direitos humanos a todos os níveis</p> <p>Agências participantes: PNUD, UNICEF, UNFPA, ACNUR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do MARP apresentada à UA, e o programa de acção para Moçambique aprovado e implementado • Percentagem de deputados e membros do secretariado completamente familiarizados com todos os instrumentos internacionais de direitos humanos, incluindo a <i>CEDAW</i> assinada e ratificada pelo país • Número de distritos com tribunais, procuradorias e serviços de defesa criados • A nova legislação sobre a violência doméstica elaborada e submetida para aprovação da Assembleia da República • % propostas de lei de direitos humanos e género iniciadas ou aprovadas na Assembleia da República • Reforçados 60 meios comunitários de comunicação de massas com capacidade para monitorizar a governação e advogar pelos direitos humanos através da produção conteúdos locais • A Lei de Base de Protecção à Criança é implementada e monitorada através de estruturas especializadas 	<p>Governo: Secretariado do MARP, MPD, Parlamento</p> <p>Organizações da Sociedade Civil: Organizações Não Governamentais (ONGs); Organizações Comunitárias (OBCs)</p>	<p>PNUD: 700,000 (RR) 1,000,000 (OR)</p> <p>UNICEF: 364,000 (RR) 115,000 (OR)</p> <p>UNFPA: 1,000,000 (RR) 1,000,000 (OR)</p> <p>UNESCO: 1,000,000 (RR)</p> <p>ACNUR: 310,000 (RR) 50,000 (OR)</p>

	<p>Fontes de Verificação: Relatórios do MARP, MAAP relatórios, relatórios anuais do Parlamento, relatórios do Ministério da Justiça)</p>		
<p>Principais Resultados</p> <p>1.4.1. Promovida e consolidada a governação democrática e aplicação eficiente e responsável aplicação da lei através do fortalecimento das instituições democráticas chaves</p> <p>1.4.2. Fortalecidas as capacidades nacionais, incluindo as do Parlamento e do sector da Justiça para formular, defender e implementar legislações sobre o HIV/SIDA, violência baseada no género, e segurança humana, em parceria com a sociedade civil (PNUD, UNICEF, UNFPA, UNICEF, UNIFEM)</p> <p>1.4.3. Criada uma rede para acompanhar a implementação dos direitos humanos, CEDAW e Lei da Criança (PNUD, UNIFEM, UNICEF).</p> <p>1.4.4. Conselho Nacional dos Direitos da Criança estabelecido e efectivamente a monitorar a implementação da Lei de Base de Protecção da Criança.</p> <p>1.4.5. Crianças em distritos alvo de todas as províncias a viverem em comunidades que apoiam a realização dos seus direitos à protecção de violência sexual, exploração e abuso.</p> <p>1.4.6. Governo e parceiros estabelecem acções apropriadas para protecção dos mais vulneráveis, crianças e mulheres de abuso e violência durante períodos de emergência.</p>	<p>Metas/indicadores</p> <p>1.4.1 Planificação e orçamento atempados e adequados de todas as eleições (07-09) pelos órgãos eleitorais (<u>Linha de base:</u> Planificação e orçamento não atempados e inadequados das eleições de 2003 e 2004 pelos órgãos eleitorais. <u>Meta:</u> Planificação e orçamentos atempado)</p> <p>1.4.2 Legislação sobre HIV/SIDA e Violência Domestica publicada e disseminada através de brochuras, panfletos e cartazes e disponibilizada (<u>Linha de base:</u> não existe; <u>Meta:</u> cobertura nacional em instituições publicas relevantes a partir de 2010)</p> <p>1.4.3 Uma rede para acompanhar a implementação dos direitos humanos registada no notário (<u>Linha de base:</u> não existe; <u>Meta:</u> a partir de 2010)</p> <p>1.4.4 Conselho Nacional dos Direitos da Criança estabelecido e com recursos suficientes. (<u>Linha de base:</u> Decreto que aprova a criação do Conselho aprovado por Conselho de Ministros; <u>Meta:</u> Conselho operacional estabelecido, operacional e com recursos)</p> <p>1.4.5 Número de relatórios emitidos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança. (<u>Linha de base:</u> 0; <u>Meta:</u> 1 por ano)</p> <p>1.4.5 Número de distritos em todas as províncias em que crianças e suas famílias tem acesso a informação e conhecimentos sobre prevenção de violência, exploração e abuso contra crianças, incluindo emergências. <u>Linha de base</u> 0. <u>Meta:</u> 100 distritos.</p> <p>1.4.5 Número de comités comunitários capacitados sobre prevenção de exploração sexual, abuso e violência. (<u>Linha de base:</u> 130 comités comunitários sensibilizados (2006); <u>Meta:</u> 500 comités comunitários.</p> <p>1.4.6 Número de Ministérios e parceiros a usarem padrões e ferramentas). para garantir a protecção dos grupos vulneráveis. (<u>Linha de base:</u> N/A; <u>Meta:</u> todos pontos focais chave de Ministérios e parceiros que participam no processo)</p> <p>Fontes de Verificação:</p>		

<p>1.5 Estado de Direito, o acesso à justiça e reformas penais melhoradas com ênfase na segurança pública e humana.</p> <p>Agências participantes: PNUD, UNICEF, ACNUR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento significativo do número de processos penais tratados a cada ano • Formuladas estratégias e planos de acção para o combate ao crime organizado • Regulamentos sobre a Lei da Criança adoptados e aplicados • Criados tribunais móveis em distritos seleccionados • Fortificadas capacidades do Ministério do Interior para responder as vítimas de violência, monitorar e implementar o Plano Nacional para Prevenção de abuso sexual, exploração e Violência. <p>Fontes de Verificação: Relatórios do Ministério da Justiça, Relatórios do Parlamento</p>	<p>Governo: Ministério da Justiça, Ministério do Interior, PGR, Tribunal Supremo</p> <p>Organizações da Sociedade Civil: Organizações Não Governamentais (ONGs); Organizações Comunitárias (OBCs)</p>	<p>PNUD: 800,000 (RR) 10,000,000 (OR)</p> <p>UNICEF: 1,228,000 (RR) 1,975,000 (OR)</p> <p>ACNUR 50,000 (RR)</p>
<p>Principais Resultados</p> <p>1.5.1. Sistema nacional para o registo de nascimento de crianças estabelecido e operacional em todas as províncias.</p> <p>1.5.2. Feita a sensibilização sobre os direitos humanos com um enfoque sobre os direitos humanos da mulher e da criança, direitos do trabalhador e direitos das PVHS no seio da sociedade civil e melhorada a sua protecção por parte das instituições de justiça</p> <p>1.5.3. Melhorado o mecanismo de justiça juvenil em vigor e todas as províncias introduziram uma secção modelo para as crianças nos tribunais existentes para crianças em contacto e em conflito com a lei aplicando procedimentos amigos da criança para as vitimas, testemunhas e os que ofendem.</p> <p>1.5.4. Fortificada a capacidade do Ministério da Justiça, incluindo do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, para desenvolver e monitorar o quadro regulador da Lei de Bases de acordo com a Lei e a Convenção</p> <p>1.5.5. Procuradoria Geral da República, Ministério da Justiça e MINT fortalecidos no combate ao crime organizado, corrupção e melhoria das prisões</p> <p>1.5.6. Capacidade da polícia nacional, das instituições de formação policial, das organizações judiciárias e das organizações da sociedade civil para responder eficazmente às questões de segurança pública, incluindo violência de género e questões sobre a criança nos termos da Lei da Criança e Convenção Sobre os Direitos da Criança</p>		<p>Metas/Indicadores</p> <p>1.5.1 Número de crianças com <18 anos registadas nas campanhas de registo de nascimento (<u>Linha de base:</u> < 200,000 (2005); <u>Meta:</u> 9,000,000)</p> <p>1.5.2 Realização e publicação de pesquisa sobre a percepção em relação às condições e direitos humanos em prisões seleccionadas e em zonas rurais de distritos seleccionados (<u>Linha de base:</u> não existe; <u>Meta:</u> 5 distritos - Inhambane: Morrumbene e Massinga, Sofala: Cheringoma, Nampula: Moma e Ribaua).</p> <p>1.5.3 Número de províncias com secções de criança estabelecidos e operacionais. (<u>Linha de base:</u> 0; <u>Meta:</u> 1 secção por província, por exemplo 11 secções nas 11 províncias).</p> <p>1.5.4 Número de magistrados capacitados e com conhecimentos sobre os direitos da criança, aplicando as novas leis. (<u>Linha de base:</u> N/D; <u>Meta:</u> 200)</p> <p>1.5.5 Continuação/ estabelecimento de parcerias com países amigos sobre a organização de cursos no CFJJ sobre combate ao crime organizado, corrupção e melhoria das prisões</p> <p>1.5.6 Número de casos de exploração sexual, violência e abuso reportados, revistos e referidos a estâncias de saúde, legais e psicossociais para o respectivo apoio, em 7 províncias. (<u>Linha de base</u> 23.000 reportados (2002 – 2006); <u>Meta</u> 25.000 (2007-2011).</p> <p>1.5.7 Número de Centros de Atendimento operacionais com padrões</p>	

<p>1.5.7. 1 Modelo de Centros de Atendimento estabelecido e operacional em todas províncias para a prevenção, resgate e reintegração de vítimas de violência, abuso e exploração.</p>	<p>estabelecidos dentro de um modelo compreensivo. (<u>Linha de Base 0</u> (2006); Meta: 18 – um em cada província e 7 em 7 modelos distritos.</p> <p>Fontes de Verificação: Relatórios de pesquisa, relatórios de registos de nascimento, TdR dos tribunais, planos dos centros de atendimento</p>		
<p>1.6 Fortalecidas as organizações e estruturas da sociedade civil (incluindo as autoridades tradicionais e activistas sobre igualdade de género) e envolvidas na agenda de desenvolvimento ao nível nacional e descentralizado.</p> <p>Agências participantes: PNUD, UNICEF, UNESCO, OIT, UNIFEM, PMA, UNFPA, ACNUR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de OSC cuja capacidade organizacional aumentou em pelo menos um ponto (numa escala de 1 - 4) na matriz de avaliação de capacidades de McKinsey (<u>Meta:</u> aumento de 65% comparados com os dados iniciais recolhidos no Índice da Sociedade Civil de 2007) • Número de OSC participando regularmente nos forums nacionais e provinciais de tomada de decisões e qualidade da sua participação, por tipo de fórum (fóruns do Grupo dos G20, Observatório de Desenvolvimento, IPPC, Conselho Escolar, Comunicação) <p>Fontes de Verificação: Relatórios do DO, Relatórios do IPPC</p>	<p>Governo: Ministério da Justiça Ministério da Educação</p> <p>Parceiros da sociedade civil: Action Aid, HACI, Soul City-N’weti, CNJ, FDC, FORCOM, GTO, LDH, ICS, MISA, SCA, UEM, Sociedade Aberta, UTICT, SNV, MCT, G 20, CIVICUS, GMD, SNJ, ONP, MEPT, PROMUGE, AMJE, CTA, OTM, CONSILMO, FEMA e FORUM Mulher, Gabinete da Primeira Dama, OSISA, DVV</p>	<p>PNUD: 1,200,000 (RR) 600,000 (OR)</p> <p>UNICEF: 1,114,000 (RR) 1,275,000 (OR)</p> <p>UNESCO: 1,600,000 (RR)</p> <p>OIT: 200,000 (RR) 600,000 (OR)</p> <p>UNIFEM: 100,000 (OR)</p> <p>PMA: 330,000 (OR)</p> <p>ACNUR: 170,000 (RR) 80,000 (OR)</p>
<p>Principais Resultados</p> <p>1.6.1. Quadro de regulamentação para o envolvimento no desenvolvimento social e económico da Sociedade Civil elaborado e aprovado (PNUD, UNIFEM, UNICEF, OIT). Quadro regulamentar para a participação no desenvolvimento social e económico da sociedade civil, elaborado e aprovado (PNUD, UNIFEM, UNICEF, OIT).</p> <p>1.6.2. Reforçada a capacidade das organizações da sociedade civil, OBCs,</p>	<p>Metas/Indicadores</p> <p>1.6.1. Leis e regulamentos administrativos que formalizam o envolvimento da sociedade civil no desenvolvimento (<u>Linha de base:</u> Lei das Associações de 8/91 inadequada / desactualizada; Meta: Lei das Associações actualizada).</p> <p>1.6.2. Percentagem de OSC alvo com melhor capacidade para planificação, implementação e monitoria e avaliação (<u>Linha de base:</u> N/D; <u>Meta:</u></p>		

<p>organizações de voluntários, e particularmente as organizações chefiadas por mulheres, para implementar, gerir e prestar contas sobre a execução de projectos, para construir parcerias e de se tornarem em verdadeiros agentes de desenvolvimento (PNUD, UNIFEM, UNICEF, UNESCO, OIT)</p> <p>1.6.3. Estabelecidos sistemas e desenvolvidas capacidades para monitorar e avaliar a agenda de desenvolvimento (incluindo os observatórios da pobreza e de desenvolvimento) a todos os níveis (PNUD, UNICEF, OIT).</p> <p>1.6.4. Reforçada a capacidade de efectivamente integrar o HIV/SIDA, questões de género e problemas dos grupos vulneráveis nos processos de governação a todos os níveis (PNUD, UNICEF, UNIFEM; PMA, UNFPA)</p> <p>1.6.5. Rede de crianças estabelecidas e operacionais para prevenir violência, abuso e exploração.</p>		<p>70%)</p> <p>1.6.3. Sistemas operacionalizados para monitorar a preparação, implementação, e seguimento dos OD. (Linha de base: nenhum sistema operacionalizado, <u>Meta:</u> Sistema operacionalizado)</p> <p>1.6.4. Planos sectoriais que integram o HIV e SIDA, género e problemas dos grupos vulneráveis (<u>Linha de base:</u> 30% de planos sectoriais integram a perspectiva de género) <u>Meta:</u> 70% de sectores com planos elaborados que entregam HIV e SIDA, género e problemas dos grupos vulneráveis</p> <p>1.6.5. Número de crianças sensibilizadas e participando em iniciativas contra exploração sexual, violência e abuso a ser considerada pelos sistemas comunitários. (<u>Linha de base:</u> Não existente; <u>Meta:</u>3000crianças).</p> <p>Fontes de Verificação: Planos sectoriais, relatórios da Rede</p>	
Outcomes	Metas/indicadores	Parceiros de Implementação/Colaboração	Orçamento Planificado (US\$) 2010-2011
<p>1.7 Reforçadas a todos os níveis as capacidades nacionais de reduzir os riscos dos efeitos combinados das calamidades naturais e mudanças climáticas e mitigar o seu impacto nas populações vulneráveis do país.</p> <p>Agências participantes: PNUD⁵, UNICEF, FAO, UN-HABITAT, UNIDO, PMA, UNFPA, UNEP, OIM, OMS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • DRR e Adaptação ao CC integradas no próximo PARPA e pelo menos 10 planos distritais. • Formulada a proposta de um novo Quadro Jurídico e Institucional que responda aos desafios da gestão dos perigos climáticos. • Desenvolvida a capacidade de pelo menos 3 províncias e 10 distritos de implementar políticas de Gestão dos Perigos Climáticos • Protecção e promoção de modos de vida das comunidades vulneráveis em zonas áridas e semi áridas e de insegurança alimentar • Informações de base sobre as questões das mudanças climáticas questões e desafios para Moçambique • Aumento da capacidade de resposta do Governo às cheias e ciclones ao nível local 	<p>Governo: MAE/INGC, INAM, MICOA, MINAG, MISAU, MPD, MOPH, MF, Governos Provinciais e Distritais, CMMMaputo, INAM, Município de Vilankulos e Marromeu, Distritos de Inhambane e Angoche.</p> <p>Parceiros da sociedade civil: CVM, UEM.</p> <p>Parceiros de desenvolvimento bilateral e multilateral: EC</p>	<p>PNUD: 1,300,000 (RR) 6,000,000 (OR)</p> <p>UNICEF: 100,000 (RR) 100,000 (OR)</p> <p>UNFPA: 200,000(OR)</p> <p>PMA: 18,977,600 (OR)</p> <p>UNHABITAT: 300,000 (RR)</p>

⁵ O PNUD é líder deste Resultado e irá coordenar o trabalho das Nações Unidas para o Resultado 2.2. do Pilar de Capital Humano.

	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da capacidade de resiliência a longo prazo das comunidades vulneráveis <p>Fontes de Verificação: PARPA, PESOD/PES, Relatório do VAC/SETSAN, WFP CHS/PDM</p>		<p>1,000,000 (OR)</p> <p>OIM: 150,000 (RR)</p> <p>OMS: 200,000 (OR)</p>
<p>Principais Resultados</p> <p>1.7.1. Redução dos Riscos de Calamidades e Adaptação à Mudança Climática integradas nos planos e programas de desenvolvimento Local e Nacional</p> <p>1.7.2. Quadros Jurídicos e Institucionais reforçados com vista a fazer face aos riscos de calamidades e as mudanças climáticas e oportunidades de uma forma integrada ao nível local e nacional (PNUD, UNIFEM, UNICEF, UNESCO, OIT).</p> <p>1.7.3. Governo e das organizações da Sociedade Civil de implementar capacidades políticas e medidas para a redução de riscos e abordagem das mudanças climáticas a todos os níveis (PNUD, UNICEF, OIT)</p> <p>1.7.4. Melhorada a segurança dos meios de vida dos agregados familiares e comunidades mais vulneráveis;</p> <p>1.7.5. Melhorada o desenvolvimento das infra-estruturas de nível distrital para um maior desenvolvimento económico e provisão de serviços;</p> <p>1.7.6. Criada as capacidades de desenvolvimento de iniciativas de auto sustento nas comunidades beneficiárias</p>	<p>Metas/Indicadores</p> <p>1.7.1 Número, planos/orçamentos e programas de desenvolvimento dos governos central, provincial e distrital (incluindo os PES, PESOE e PEDODs) que integram componentes de RRC/Mudanças Climáticas (<u>Linha de base:</u> Até ao momento alguns Ministérios realizam acções de RRC e de mudanças climáticas mas estas não são relatadas de forma sistematizada e harmonizada com o Plano Director de Prevenção e Mitigação de Calamidades; <u>Meta:</u> Pelo menos 9 Ministérios, todas as províncias e 50% dos distritos mais propensos a calamidades naturais.</p> <p>1.7.2 Lei de Gestão de Desastres aprovada contendo elementos de preparação para desastres, mudanças climáticas e mecanismos de mitigação e recuperação rápida, género e HIV (<u>Linha de base:</u> Neste momento não existe uma Lei de Gestão de Desastres vigente no País. As acções de Gestão de Calamidades são regradas por uma política nacional de gestão de calamidades, e por Estatutos e regulamento interno do INGC; <u>Meta:</u> Lei de Gestão de Desastres aprovada com um orçamento dedicado.</p> <p>1.7.3 Número de membros do Conselho Técnico de Gestão de Calamidades e de entidades a nível dos Governos provinciais e distritais dos postos administrativos e das comunidades a implementar e monitorar actividades de RRC e de adaptação às mudanças climáticas (<u>Linha de base:</u> não existem acções sistemáticas de avaliação das capacidades do governo e sociedade civil de implementação de políticas e acções de RRC e mudanças climáticas; <u>Meta:</u> Todos os membros do CTGC formados e com capacidade para monitorar a implementação de políticas e medidas para a redução de riscos e abordagem das mudanças climáticas a todos os níveis e pelo menos 20% das organizações da sociedade civil a implementar acções neste âmbito.</p> <p>1.7.4 Número de represas em betão ou outros tipos construídas e sistemas</p>		

	<p>de irrigação. (<u>Linha de base</u>: N/D; <u>Meta</u>: melhoria mensurável)</p> <p>1.7.5 Estradas e pontes reparadas e/ou construídas/abertas. (<u>Linha de base</u> N/D; <u>Meta</u>: melhoria mensurável)</p> <p>1.7.6 Introduzido a piscicultura em tanques.</p> <p>Fontes de Verificação: Relatório do VAC/SETSAN, WFP CHS/PDM</p>
--	--

2.2. Pilar do Capital Humano

<p>ODM(s): Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e fome Objectivo 2: Alcançar a educação primária universal Objectivo 3: Promover a igualdade do género e capacitar as mulheres Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil Objectivo 5: Melhorar a saúde materna Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças Objectivo 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental Objectivo 8: Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento</p>			
<p>SÍNTESE DAS PRIORIDADES NACIONAIS NO PILAR DE CAPITAL HUMANO SEGUNDO O ARTICULADO NO PARPA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar os níveis de acesso ao ensino, e melhorar a sua eficiência, com particular atenção para mulheres e raparigas, crianças com necessidades educativas especiais, órfãos e crianças das zonas rurais • Aumentar os níveis de cobertura dos serviços de saúde; • Reduzir a mortalidade materno-infantil; • Travar os níveis de incidência do HIV/SIDA e reduzir a incidência de mortes por malária e tuberculose; • Aumentar os níveis de cobertura dos serviços de abastecimento de água e saneamento; • Desenvolver e consolidar as redes sociais de apoio aos cidadãos mais desfavorecidos, crianças órfãs, idosos, deficientes, mutilados, e doentes crónicos; • Integrar o sistema de apoio aos cidadãos mal nutridos e sujeitos a crises de fome com o desenvolvimento do sistema da produção alimentar. 			
<p>AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS: UNICEF⁶, FAO, UNFPA, PMA, UNESCO, OIT, OMS, UN-HABITAT, OIM, ACNUR</p>			
<p>OUTCOME DO UNDAF: Até 2011, aumentado o acesso e utilização de serviços básicos de qualidade e protecção social para as populações mais desfavorecidas, particularmente as crianças, os jovens e as mulheres, para reduzir sua vulnerabilidade</p>			
Outcomes⁷	Metas/indicadores	Parceiros de Implementação/Colaboração	Orçamento Planificado (US\$) 2010-2011⁸

⁶ O UNICEF é o Líder do Pilar e irá coordenar o trabalho das Nações Unidas na área do Pilar do Capital Humano.

⁷ Vide os documentos relevantes da agência para resultados específicos de cada agência

⁸ Dependente da situação financeira global.

<p>2.1 A taxa líquida de frequência escolar no ensino primário aumentada para 90% e ambiente de ensino/aprendizagem melhorado em todas as escolas primárias nos distritos alvo, especialmente para as raparigas e os mais vulneráveis</p> <p>Agências participantes: UNESCO⁹, UNICEF, UNFPA, FAO, PMA, OMS, ACNUR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa líquida de frequência escolar no ensino primário (6-12) nos distritos modelo, por sexo e por distrito (<u>Linha de base:</u> aproximadamente 65% <u>Meta:</u> 90% (rapazes e raparigas). • Rácio líquido de ingresso no EP1 (6-10) por sexo e por distrito nos distritos alvo atinge (<u>Linha de base:</u> TLI EP1: 76% Rapazes: 78% Raparigas - 73% (2005 MEC); <u>Meta:</u> 100%). • Taxa de conclusão do EP1 nos distritos alvo por sexo (<u>Linha de base:</u> Raparigas 67%, Rapazes 84% - 76% (2006 MEC); <u>Meta:</u> 80% (para raparigas e rapazes) • Taxa de conclusão do ensino primário (EP2) nos distritos alvo, por sexo (<u>Linha de base:</u> Raparigas 29%, Rapazes 41% - 35% (2006 MEC), <u>Meta:</u> 60%). • Taxa de ingresso escolar aos 6 anos de idade para as meninas na 1ª Classe nos distritos alvo (<u>Linha de base:</u> 56%; <u>Meta:</u> 79%). • Taxa de analfabetismo reduzida através da melhoria dos serviços de alfabetização para o empoderamento, em especial para as mulheres e as pessoas fora da escola nas zonas rurais (<u>Linha de base:</u> 52% (nacional), 67% (mulheres), 34% (homens) (QUIBB/IFFTRAB 2004); <u>Meta:</u> 46%) <p>Fontes de Verificação: Inquéritos Escolares Anuais do MEC/Resultados por distrito. DHS 2010.</p>	<p>Governo: Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) Direcção Nacional das Águas (DNA) Governos locais, Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação (DPOPHs)</p> <p>Organizações da Sociedade Civil: Organizações Não Governamentais (ONGs); Organizações Comunitárias (OBCs)</p>	<p>FAO: 500,000 (OR)</p> <p>UNESCO: 1,700,000 (RR)</p> <p>UNFPA: 600,000 (RR) 2,600,000 (OR)</p> <p>UNICEF: 6,761,000 (RR) 21,950,000 (OR)</p> <p>PMA: 10,600,000 (OR)</p> <p>OMS: 35,000 (RR)</p> <p>ACNUR: 170,000 (RR)</p>
<p>Principais Resultados</p> <p>2.1.1. 100% das escolas primárias em 7 distritos modelo apoiadas na implementação do pacote mínimo de educação de qualidade (UNESCO, UNICEF, FAO, PMA)</p> <p>2.1.2. Pelo menos 90% das escolas primárias nos distritos modelo têm serviços de abastecimento de água, saneamento e práticas correctas</p>	<p>Metas/Indicadores</p> <p>2.1.1 Percentagem de escolas primárias nos sete distritos modelo que implementam um pacote educacional com um mínimo de qualidade (<u>Linha de base:</u> TBD; <u>Meta:</u> 100%)</p> <p>2.1.2 Percentagem de escolas primárias nos sete distritos modelo que tem serviços de água e saneamento funcionais (<u>Linha de base:</u> 40% (água),</p>		

⁹ A UNESCO é o Líder deste Resultado e irá coordenar o trabalho das Nações Unidas para o Resultado 2.1. sob o Pilar do Capital Humano.

<p>de higiene. (UNICEF, OMS)</p> <p>2.1.3. 500.000 crianças vulneráveis (especialmente as raparigas e COVs) abrangidas pelos programas de alimentação e nutrição escolar em pelo menos 750 escolas primárias dos distritos modelo. (PMA, FAO, UNICEF, UNESCO)</p> <p>2.1.4. Reforçada a capacidade de preparação e resposta às emergências do sector da educação para reduzir as perturbações nos serviços escolares nos distritos afectados pelas calamidades naturais. (PMA, UNICEF, UNESCO, UN-HABITAT)</p> <p>2.1.5. Taxa de analfabetismo reduzida para 46% através da melhoria de serviços visando fazer a alfabetização para empoderar as pessoas, particularmente as mulheres e jovens fora da escola nas zonas rurais. (UNESCO, UNFPA)</p> <p>2.1.6. Províncias, distritos e escolas mais disprivilegiados são prioridades em planos nacionais, orçamentos e programas para a capacitação, e adoptados padrões de qualidade em escolas.</p>	<p>28% (saneamento); <u>Meta</u>: 90% (água e saneamento);</p> <p>2.1.3 Número de crianças vulneráveis abrangidas pelo programa de alimentação e nutrição baseado nas escolas (<u>Linha de base</u>: 184.209 crianças nas escolas que recebem refeições diárias, 36.197 raparigas e órfãos nas escolas que recebem rações para levar para casa duas vezes por ano, 176.350 crianças nas escolas de zonas afectadas pela seca que recebem rações mensais para levarem para casa. <u>Meta</u>: 500.000)</p> <p>2.1.4 Percentagem de distritos propensos à ocorrência de situações de emergência com Planos de Resposta às Situações de Emergência (PRSE). (<u>Linha de base</u>: 0%; <u>Meta</u>: 100%)</p> <p>2.1.5 Taxa de escolarização por sexo, por zona de residência e por província nas pessoas entre os 15 e os 49 anos (<u>Linha de base</u>: 37,5% (mulheres), 67% (homens) (IDS 2003); <u>Meta</u>: 46%)</p> <p>2.1.6 Critérios para a alocação orçamental no sector de educação existentes para províncias vulneráveis e orçamentos distritais (<u>Linha de base</u>: Não <u>Meta</u>: Sim)</p> <p>Fontes de Verificação: Inquéritos Escolares Anuais do MEC/Resultados por distrito, DHS 2009</p>
--	--

Outcomes	Metas/indicadores	Parceiros de Implementação/Colaboração	Orçamento Planificado (US\$) 2010-2011 ¹⁰
<p>CP Resultado 2.2 Aumentado o acesso e uso de serviços de saúde básica de qualidade, especialmente para as populações desfavorecidas</p> <p>Agências participantes: OMS, UNICEF, UNFPA, PMA, ACNUR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de mortalidade em menores de cinco anos por província, por zona de residência e por quintil da incidência da riqueza (por 1.000 nados vivos); (<u>Linha de base</u>: Total: 178/1.000; Urbano: 143/1.000; Rural: 192/1.000, Mais pobres: 196/1.000, Mais ricos: 108/1.000 (IDS 2003) [dados por províncias disponíveis]. <u>Meta</u>: 135/1,000-2010) • Taxa de mortalidade infantil por província, zona de residência e quintil do índice de riqueza (por 1,000 nados vivos LV); (<u>Linha de base</u>: Total: 124/1,000; Zonas Urbanas: 95/1,000; Zonas Rurais: 135/1,000, Mais Pobres: 143,100, Mais Ricas: 71/1,000 (DHS 2003) <u>Meta</u>: 90/1,000 LV -2010 & 82/1,000 -2012) • Taxa de Prevalência da Malnutrição Crônica entre as crianças com idade <5 anos. (<u>Linha de base</u>: Total: 41% (DHS 2003) <u>Meta</u>: 30% em 2010 e 20% em 2015) • Rácio de mortalidade materna (<u>Linha de base</u>: Nível nacional: 408/100.000LV (DHS 2003) <u>Meta</u>: 350/100,000 em 2010) • Índice de iniquidade (indicador de rotina para a medição da equidade) (<u>Linha de base</u>: 2.83 em 2008 – PAF da Saúde 2008 <u>Meta</u>: ≤3.00 em 2010 e 2011) • Percentagem de crianças <5 anos que tiveram febres nas últimas 2 semanas que receberam medicamentos anti-maláricos, por província, por zona de residência (<u>Linha de base</u>: Total: 8%; Zonas Urbanas: 9%; Zonas Rurais: 6% (2003 DHS); Base de 2007 (Inquérito de Indicadores de Malária): 59% <u>Meta</u>: 60%) • Cobertura pré-natal (pelo menos 1 consulta pré-natal (ANC) <u>Linha de base</u>: 84% (DHS 2003) <u>Meta</u>: 90% em 2010 e 95% em 2015 Percentagem de partos institucionais (ao nível nacional e por província) (<u>Linha de base</u>: Nacional: 55% (Relatório da ACA VIII de 	<p>Governo: MISAU, Governos locais</p> <p>Organizações da Sociedade Civil: Organizações Não Governamentais (ONGs); Organizações Comunitárias (OBCs)</p>	<p>UNICEF: 6,850,000 (RR) 17,850,000 (OR)</p> <p>UNFPA: 2,200,000 (RR) 3,470,000 (OR)</p> <p>PMA: 1,958,000 (OR)</p> <p>OMS: 745,000 (RR) 4,646,000 (OR)</p> <p>ACNUR: 150,000 (RR)</p>

¹⁰ Dependente da situação financeira global.

	<p>2009): <u>Meta</u>: 62% em 2010; 63% em 2011).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de partos institucionais (ao nível nacional e por província) (<u>Linha de base</u>: Nacional: 55% (Relatório da ACA VIII de 2009); <u>Meta</u>: 62% em 2010; 63% em 2011) <p>Fontes de Verificação: DHS 2010, Relatório Anual do MISAU, Portal do MISAU, Sistema de Informação de Saúde do MISAU, Relatórios dos Encontros de SWAP, Relatório da ACA, Avaliação IMNCI do MISAU. Inquérito Específico do MISAU ao Sistema de Informações do PAV. Relatório Anual do MMAS, Inquérito Específico, Sistema de Informações da Saúde. Inquéritos VAC, Inquérito Demográfico e de Saúde</p>		
<p>Principais Resultados</p> <p>2.2.1. ODMs 4 & 5 bem reflectidos nos planos nacionais e provinciais</p> <p>2.2.2. Melhorou o acesso aos serviços de SSR através da implementação pacotes de intervenções definidas</p> <p>2.2.3. Reforçada a implementação da de IMNCI institucional e comunitária a todos os níveis, incluindo a componente neonatal.</p> <p>2.2.4. Pelo menos 95% das crianças com menos de 1 ano de idade estão totalmente imunizadas através da implementação da metodologia RED (<i>Reach Every District</i>) em 99 distritos</p> <p>2.2.5. Pacotes de tratamento e prevenção da malária (ACTs, IPT, tratamento domiciliário, LLINs) implementados em todos os distritos</p> <p>2.2.6. Reforçada a capacidade do Sector da Saúde para a preparação e resposta às emergência nos distritos vulneráveis aos desastres naturais e à epidemia da cólera</p> <p>2.2.7. Sistema de Informações da Saúde fornecendo dados desagregados de qualidade sobre as principais variáveis de acordo com orientações internacionais para a recolha de indicadores seleccionados de saúde</p> <p>2.2.8. Reforçar a capacidade do MISAU de expandir, reter e manter a força de trabalho do MISAU</p> <p>2.2.9. Aumento da capacidade do sector de saúde para a integração da abordagem de género na planificação, financiamento e prestação de serviços</p>	<p>Metas/Indicadores</p> <p>2.2.1 Número de províncias com planos anuais onde os ODMs 4&5 estejam priorizados (e por tanto reflectindo as intervenções chaves do PNI para os OMD 4&5) (<u>Linha de base</u>: 0 em 2008; <u>Meta</u>: 11 províncias em 2010 e 11 províncias em 2012.</p> <p>2.2.2 Percentagem de novas utentes que usam métodos modernos de planeamento familiar (<u>Linha de base</u>: 12.5% 2008; <u>Meta</u>: 15% (2010) e 16% (2011)</p> <p>2.2.3 Percentagem de facilidades de saúde em distritos alvo que tem profissionais de saúde treinados a implementar IMNCI (<u>Linha de base</u>: TBD; <u>Meta</u>: 85%)</p> <p>2.2.4 Percentagem de crianças de 1 ano que tomaram todas as vacinas, por província, por zona de residência e por quintil da incidência da riqueza (<u>Linha de base</u>: menos de 80% para DPT/hepB e 76% para Sarampo (2004); <u>Meta</u>: 95% para ambos)</p> <p>2.2.5 Percentagem de crianças menores de cinco anos que dormiram debaixo de redes tratadas com insecticida na noite anterior (<u>Linha de base</u>: 10% (IDS 2003).; <u>Meta</u>: 60%)</p> <p>2.2.6 Percentagem de distritos alvo com equipa de resposta rápida funcional para as emergências e epidemias de cólera, (<u>Linha de base</u> Total: 10% , <u>Meta</u> :80%)</p> <p>2.2.7 Número de programas chave para o alcancem dos ODMs com lista</p>		

<p>2.2.10. Reforçada a capacidade do MISAU para melhorar a Promoção da Saúde</p> <p>2.2.11. Expansão do sistema de tratamento de desnutrição moderada as crianças dos 6-59 meses de idade de 22 distritos para 72 distritos</p>	<p>definida/actualizada e aprovada dos seus indicadores. (SMNI), incluindo PTV; Nutrição, ITS-HIV/SIDA, TB, Malária, Género) (<u>Linha de base:</u> 1 em 2008 (SMNI) <u>Meta:</u> 3 para 2010 e 3 para 2011</p> <p>2.2.8 Número de habitantes por médico e técnico de medicina (<u>Linha de base:</u> 15,871 - 2008; <u>Meta:</u> 15,309 (2010) e 14, 629 (2011)</p> <p>2.2.9 Número de províncias que reflectam as principais intervenções da Estratégia de integração de género no sector de saúde nos seus planos provinciais (<u>Linha de base:</u> 0 em 2009; <u>Meta:</u> 60% (2010) e 100% (2011)</p> <p>2.2.10 Estratégia Nacional de Promoção da Saúde aprovada. (<u>Linha de base:</u> 0 em 2009; <u>Meta:</u> aprovada em 2011</p> <p>2.2.11 Número de crianças dos 6-59 meses de idade com desnutrição moderada aguda que receberam suplemento nutricional (<u>Linha de base:</u> 15,000-2009; <u>Meta:</u> 40,000)</p> <p>Fontes de Verificação: DHS 2010, Relatório Anual do MISAU, Portal do MISAU, Sistema de Informação de Saúde do MISAU, Relatórios dos Encontros de SWAP, Relatório da ACA, Avaliação IMNCI do MISAU. Inquérito Específico do MISAU ao Sistema de Informações do PAV. Relatório Anual do MMAS, Inquérito Específico, Sistema de Informações da Saúde. Inquéritos VAC, Inquérito Demográfico e de Saúde</p>		
Outcomes	Metas/indicadores	Parceiros de Implementação/Colaboração	Orçamento Planificado (US\$) 2010-2011 ¹¹
<p>2.3 Aumentado o acesso e uso da água potável e saneamento adequado para as comunidades rurais e bairros pobres urbanos.</p> <p>Agências participantes: UNICEF¹², OMS, UN-HABITAT, ACNUR</p>	<ul style="list-style-type: none"> Orientações sobre a planificação e gestão financeira descentralizada no âmbito da política nacional de água aplicadas (UNICEF, UN-HABITAT). (<u>Linha de base:</u> 0 (2005); <u>Meta:</u> 5 províncias, 23 distritos, 7 municípios). Número de províncias regularmente produzindo dados correctos e relatórios de avaliação de planificação. (<u>Linha de base:</u> 0 (2006); <u>Meta:</u> 4). Número de novos utilizadores, priorizando os 	<p>Governo: Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH); Ministério da Saúde; Direcção Nacional das Águas (DNA); Direcção Nacional da Saúde; Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação (DPOPHs); Governos Distritais; Municípios; Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água (FIPAG); Conselho de Regulação do</p>	<p>UNICEF: 5,833,000 (RR) 15,050,000 (OR)</p> <p>OMS: 50,000 (RR) 80,000 (OR)</p> <p>UN-HABITAT: 1,000,000 (RR)</p>

¹¹ Dependente da situação financeira global.

¹² O UNICEF é o Líder deste Resultado e irá coordenar o trabalho das Nações Unidas sobre o Resultado 2.3. do Pilar do Capital Humano.

	<p>grupos vulneráveis, com acesso e uso da água potável, saneamento adequado e boas práticas de higiene em quatro províncias (UNICEF, OMS). (<u>Linha de base</u>: 0 (água, saneamento e higiene) (2006); <u>Meta</u>: 1,750,000 pessoas (água); 180,000 agregados familiares (saneamento). 1.000.000 (higiene))</p> <ul style="list-style-type: none"> Reforçadas as capacidades do sector da água para a preparação e resposta às emergências para reduzir os níveis de mortalidade e morbidade nos distritos afectados por calamidades naturais e com alta incidência da cólera (UNICEF, OMS, PNUD). (<u>Linha de base</u>: N/A; <u>Meta</u>: Sim). <p>Fontes de Verificação: inquéritos nacionais: DHS 2010; Relatórios JMP (UNICEF/OMS); Relatórios anuais de progresso; Relatórios anuais de avaliação conjunta, Relatórios dos Projectos/Programas; Relatórios das agências)</p>	<p>Abastecimento de Água(CRA);</p> <p>Organizações da Sociedade Civil: Organizações Não Governamentais (ONGs); Organizações Comunitárias (OBCs)</p> <p>Parceiros de desenvolvimento bilateral e multilateral: Embaixada da Royal Netherlands, EC</p>	<p>600,000 (OR)</p> <p>ACNUR: 275,000 (RR)</p>
<p>Principais Resultados:</p> <p>2.3.1. Sistema de M&A do sector operacionalizado ao nível nacional e em cinco províncias alvo, 23 distritos e sete Municípios com sistemas apropriados de M&A e planos de anuais alinhados com os planos estratégicos do sector.</p> <p>2.3.2. Pelo menos 1.500.000 novos utilizadores nas zonas rurais, 250.000 novos utilizadores nas zonas urbanas e peri-urbanas pobres têm acesso às instalações de água potável em quatro províncias alvo e sete Municípios alvo.</p> <p>2.3.3. Pelo menos 160.000 agregados familiares nas zonas rurais (800.000 pessoas) e 20.000 agregados familiares nas zonas urbanas e peri-urbanas (100.000 pessoas) com condições de saneamento melhorado</p> <p>2.3.4. 778,000 provedores de cuidados nas zonas rurais e 222.000 em provedores de cuidados nas zonas urbanas e peri-urbanas pobres estão equipados com melhores práticas de higiene e habilidades de mitigação do HIV/SIDA através da estratégia de comunicação para a</p>	<p>Metas/Indicadores</p> <p>2.3.1 Número de municípios e distritos com sistemas de M&A operacionais e planos anuais alinhados com os planos estratégicos do sector (<u>Linha de base</u>: 0 (2005) ; <u>Meta</u>: 7 municípios e 23 distritos)</p> <p>2.3.2 Número de novos utentes em zonas rurais e urbanas/peri-urbanas com acesso à água potável. (<u>Linha de base</u>: 0 (2006); <u>Meta</u>: 1,500,000 (rural), 250,000 (urbano/peri-urbano))</p> <p>2.3.3 Número de agregados familiares em zonas rurais e urbanas/peri-urbanas com acesso à saneamento melhorado. (<u>Linha de base</u>: 0 (2006); <u>Meta</u>: 160,000 (rural), 20,000 (urbano/peri-urbano))</p> <p>2.3.4 Número de provedores de cuidados em zonas rurais e urbanas/peri-urbanas equipados com melhores práticas de higiene e habilidades de mitigação do HIV/SIDA nas províncias alvo (<u>Linha de base</u>: 0 (2006); <u>Meta</u>: 778,000 (rural), 222,000 (urbano/peri-urbano))</p> <p>2.3.5 Percentagem de crianças e famílias afectadas com acesso a água e saneamento durante uma emergência (<u>Linha de base</u>: N/A; <u>Meta</u>:</p>		

<p>2.3.5. mudança social e de comportamento nas províncias alvo</p> <p>Reforçada a capacidade do Sector para a preparação e resposta às emergências, com pelo menos 75.000 pessoas nas zonas propensas à emergências têm garantido o acesso à água potável e facilidades de saneamento adequadas</p>	<p>100%)</p> <p>Fontes de Verificação: inquéritos nacionais: DHS 2010; Relatórios JMP (UNICEF/OMS); Relatórios anuais de progresso; Relatórios anuais de avaliação conjunta, Relatórios dos Projectos/Programas; Relatórios das agências</p>		
Outcomes	Metas/indicadores	Parceiros de Implementação/Colaboração	Orçamento Planificado (US\$) 2010-2011 ¹³
<p>2.4</p> <p>Reforçada a capacidade a nível nacional, provincial e distrital para implementar a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição II e o Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutrição.</p> <p>Agências participantes: PMA¹⁴, FAO, UNICEF, ACNUR</p>	<ul style="list-style-type: none"> Prevalência de baixo peso, por província, área de residência e índice de riqueza em quintis. (<u>Linha de Base:</u> Total: 24%; Urbano: 15%; Rural: 27%; Mais pobres: 31%; Mais ricos: 9% (IDS 2003); <u>Meta:</u> 16% (extrapolação do PESS 2007-2012)). Prevalência da desnutrição crónica, por província, área de residência e índice de riqueza em quintis. (<u>Linha de Base:</u> Total: 41%; Urbano: 29%; Rural: 46%; Mais pobres: 49%; Mais ricos: 20% (IDS 2003); <u>Meta:</u> 35% (2009); 30% (2010); 25% (2011)) Percentagem de população com qualidade de dieta aceitável (<u>Linha de Base:</u> 65%; <u>Meta:</u> 55% em 2015) <p>Fontes de Verificação: 2011 DHS, MISAU Relatórios, Relatório do SETSAN/VAC, WFP CHS/PDM, MICS-2008</p>	<p>Governo: INGC, MISAU, MINAG, SETSAN, Membros do SETSAN</p> <p>Organizações da Sociedade Civil: Organizações Não Governamentais (ONGs); Organizações Comunitárias (OBCs)</p>	<p>FAO: 800,000 (RR) 1,200,000 (OR)</p> <p>UNICEF: 1,514,000 (RR) 7,750,000 (OR)</p> <p>PMA: 1,000,000 (OR)</p> <p>ACNUR: 365,000 (RR)</p>
<p>Principais Resultados</p> <p>2.4.1. Reforçada a capacidade do SETSAN e seus membros de coordenar e implementar a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar II e o Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutrição</p> <p>2.4.2. Garantido o direito a uma alimentação adequada e segura ao nível do agregado familiar, melhorando o acesso dos agregados familiares a alimentos diversificados (incluindo alimentos fortificados)</p> <p>2.4.3. Implementados os Pacotes Básicos de Nutrição nas Comunidades e</p>	<p>Metas/Indicadores</p> <p>Metas/Indicadores</p> <p>2.4.1 Número de distritos com Segurança Alimentar e Nutrição integrada adequadamente nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDD). <u>Linha de base:</u> 0; <u>Meta:</u> 20 distritos (2010) e 30 (2011)</p> <p>2.4.2 Percentagem de população com qualidade de dieta aceitável (<u>Linha de base:</u> 65%; <u>Meta:</u> 55% em 2015) e percentagem da população com índice de estratégia de sobrevivência inferior a 12 .Percentagem de</p>		

¹³ Dependente da situação financeira global.

¹⁴ O PMA é o Líder do Resultado e irá coordenar o trabalho da ONU para o Resultado 2.4 do Pilar do Capital Humano.

<p>Unidades de Saúde, aumentando a cobertura de intervenções chave para prevenir a malnutrição</p> <p>2.4.4. Promoção de boas práticas de alimentação infantil e juvenis ampliada para 90 distritos através de actividades do sector de saúde (incluindo IYCF, micro-nutrientes, desparasitação, monitoria de crescimento e nutrição maternal etc.); mobilização e participação social e comunitária.</p> <p>2.4.5. Reforçada a capacidade do SETSAN e de membros do SETSAN na preparação e resposta a emergências para respostas atempadas a insegurança alimentar e nutrição, a fim de prevenir a morbilidade e mortalidade em todas as províncias.</p> <p>2.4.6. Relatórios do SETSAN atempados, credíveis e resultados usados por decisores de emergência em planos de acção a nível central e provincial</p> <p>2.4.7. Reduzida a metade as disparidades da prevalência da malnutrição entre grupos vulneráveis (OVC e PLWHA) e a população em geral através da implementação de intervenções seleccionadas em 6 províncias</p> <p>2.4.8. Finalização e implementação do plano nacional da acção para a redução da desnutrição crónica -mulheres grávidas, lactantes e crianças de menos 2 anos.</p>		<p>Agregados familiares a consumir sal iodado. <u>Linha de base:</u> 54% (DHS 2003). <u>Meta:</u> 60%)</p> <p>2.4.3 Unidades sanitárias que implementaram o pacote básico de nutrição (BNP) nos distritos escolhidos. (<u>Linha de base:</u> 0(2005), 63% (1st S 2008). <u>Meta:</u> 80%) e Unidades sanitárias nos distritos prioritários em que as actividades comunitárias de nutrição têm sido implementadas. (Linha de base: 0 (2005) Meta: 115 unidades sanitárias)</p> <p>2.4.4 Percentagem de crianças <6 meses que recebem Aleitamento Materno Exclusivo (AME). <u>Linha de base:</u> 30% (DHS 2003); <u>Meta:</u> 50%</p> <p>2.4.5 Número de distritos com actividades de redução de risco. Linha de Base: 0. Meta: 30 distritos</p> <p>2.4.6 O SETSAN reporta resultados atempados e credíveis utilizados pelos responsáveis pela tomada de decisões de emergência para os planos de acção). (<u>Linha de base:</u> Parcial (Avaliação das Necessidades dos Utilizadores de 2006). Meta: Sim)</p> <p>2.4.7 Rácio de prevalência de desnutrição aguda entre órfãos maternos e população em geral. (<u>Linha de base:</u> proporção de 2 (2003); Meta: 1</p> <p>2.4.8 O plano está finalizado e a implementação iniciou (<u>Linha de base:</u> Não; <u>Meta:</u> sim)</p> <p>Fontes de Verificação: 2011 DHS, MISAU Relatórios, Relatório do SETSAN/VAC, WFP CHS/DM</p>	
Outcomes	Metas/indicadores	Parceiros de Implementação/Colaboração	Orçamento Planificado (US\$) 2010-2011¹⁵
<p>2.5 Redes de Protecção Social para os mais desfavorecidos são reforçados e alargados</p> <p>Agências participantes: UNICEF¹⁶, OIT, PMA, OIM, ACNUR</p>	<ul style="list-style-type: none"> Número de pessoas com acesso a programas de protecção social (INAS), incluindo o Programa Subsídio de Alimentos (Programa desagregada por tipo de chefe de família, estado de dependência dos beneficiários indirectos e localidade), e encaminhadas para programas de protecção social implementados pelos parceiros da sociedade civil e por outros sectores. (<u>Linha de base:</u> 95,000 beneficiários (2006); 	<p>Governo: MMAS/INAS, MPD, MF, MINTRAB</p> <p>Organizações da Sociedade Civil: Organizações Não Governamentais (ONGs); Organizações Comunitárias (OBCs)</p>	<p>PMA: 31,971,930 (OR)</p> <p>OIT: 100,000 (RR) 800,000 (OR)</p> <p>UNICEF: 2,655,000 (RR)</p>

¹⁵ Dependente da situação financeira global.

¹⁶ O UNICEF é o Líder deste Resultado, e como tal irá coordenar o trabalho das Nações Unidas para o Resultado 2.5 do Pilar de Capital Humano.

	<p><u>Meta:</u> 294,000 beneficiários)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de delegações do INAS fornecem dados desagregados sobre a implementação de programas do INAS para a base de dados central de M&A, para serem compilados pelo INAS Central (utilizando o novo sistema M&A). (<u>Meta:</u> 30) • Número de delegações do INAS e o INAS Central produzem relatórios financeiros com base no e-Sistafe, reflectindo rubricas orçamentais separadas para programas diferentes. (<u>Linha de base:</u> 0; <u>Meta:</u> 30) • A estratégia de protecção social básica harmonizou os critérios de elegibilidade, programas e os mecanismos de implementação dos programas de protecção social dos Ministérios-chave (MMAS, MISAU, MEC, MINAG e INGC). (<u>Linha de base:</u> Não; <u>Meta:</u> Sim) • Foi concebido um Sistema Único de Registo dos beneficiários dos principais programas de protecção social (MMAS, MISAU, MEC, MINAG, INGC). (<u>Linha de base:</u> Não; <u>Meta:</u> Sim) • Um mecanismo que permite a integração dos trabalhadores trabalhando por conta-própria no Sistema do INSS já existe (OIT, MITRAB) (<u>Linha de base:</u> Não; <u>Meta:</u> Sim) <p>Fontes de Verificação: BdPES, MMAS e INAS e relatório sobre a avaliação do risco fiduciário INAS</p>	<p>Parceiros de desenvolvimento bilateral e multilateral: Embaixada da Royal Netherlands, DFID</p>	<p>2,485.000 (OR)</p> <p>OIM: 150,000 (RR)</p> <p>ACNUR: 200,000 (RR)</p>
--	--	---	---

<p>Principais Resultados</p> <p>2.5.1. Formulada uma política e estratégia nacional que integra intervenções das redes de segurança, incluindo transferências monetárias, pelo Governo e parceiros, e promove a atribuição de orçamentos adequados para programas de segurança social.</p> <p>2.5.2. COV e doentes crónicos identificados por sistemas comunitários recebendo assistência alimentar ou apoio material fornecidos através do PMA, em parceria com MMAS/ONGs parceiras em 7 províncias do país</p> <p>2.5.3. Estabelecidos e operacionalizados em 7 províncias, modelos compreensivos que criam a procura local e o acesso à intervenções das redes de segurança de alta qualidade.</p> <p>2.5.4. Capacidade institucional do INAS e MMAS reforçada para a coordenação da implementação do Plano de Acção Nacional para Crianças e para implementar programas de protecção social.</p> <p>2.5.5. Governo e parceiros assegurando acções apropriadas para responder as necessidades dos mais vulneráveis e proteger as crianças mais vulneráveis de violência e abuso durante emergências.</p> <p>2.5.6. Priorizadas nas políticas nacionais, planos e na alocação do Orçamento do Estado a questão das crianças mais vulneráveis</p> <p>2.5.7. Governo e parceiros a responder as necessidades básicas dos lares mais vulneráveis dos grupos mais vulneráveis de crianças e suas famílias afectadas durante a situação de emergência.</p>	<p>Metas/indicadores</p> <p>2.5.1 Critérios de elegibilidade e mecanismos de desembolso para os programas de protecção social revistos por forma a abarcarem os grupos mais vulneráveis (COVs, doentes crónicos) (<u>Linha de base:</u> Não (2006-MMAS); <u>Meta:</u> Sim (2011).</p> <p>2.5.2 No. de COVs e agregados familiares com doentes crónicos abrangidas pela assistência alimentar (<u>Linha de base:</u> 42.250 Junho 2009; <u>Meta:</u> 43.000 COV e 62.500 doentes crónicos)</p> <p>2.5.3 Sistema desenhado, testado e aprovado pelo MIMAS para a prestação de serviços de protecção social abrangentes aos grupos mais vulneráveis (serviços sociais básicos, apoio alimentar e nutricional, protecção jurídica, protecção financeira e material e serviços de apoio agrícola). (<u>Linha de base</u> (2006 – MMAS): Não; <u>Meta:</u> Sim).</p> <p>2.5.4 Número de direcções do MMAS a nível provincial e distrital com informação actualizada sobre a provisão serviços básicos pelo Governo e intervenções da sociedade civil (<u>Linha de base:</u> 5 (2006); <u>Meta:</u> 11 províncias, 7 distritos modelo e todos distritos na Província de Sofala). Número de lares vulneráveis cuidando de crianças órfãs e vulneráveis a receberem do ‘Programa de Subsídio de Alimentos’ beneficiando os dependentes (<u>Linha de Base:</u> 95,000 (2006); <u>Meta:</u> PSA 294,000 beneficiários).</p> <p>2.5.5 Número de Governo e parceiros usando vários padrões e instrumentos para assegurar a protecção de grupos vulneráveis (<u>Linha de base:</u> N/A; <u>Meta:</u> todos pontos focais em ministérios chaves e stakeholders chaves participando na abordagem Cluster)</p> <p>2.5.6 Alocação de Orçamento para as COV’s colocado nos planos sectoriais de todos os Ministérios chaves (<u>Linha de base:</u> Metas e alocação de fundos estabelecidos pelo Ministério da Educação (2006); <u>Meta:</u> Metas e alocação de fundos estabelecidos pelos Ministérios da</p>		

	<p>Educação e Cultura , Saúde, Agricultura, das Obras Públicas e Habitação, Administração Estatal e Finanças).</p> <p>2.5.7 Percentagem de crianças e suas famílias afectadas que receberam utensílios básicos de casa e material de apoio durante a emergência.</p> <p>Fontes de Verificação: BdPES, MMAS e INAS e relatório sobre a avaliação do risco fiduciário INAS</p>
--	---

2.3. Pilar do HIV e SIDA

<p>ODM(s): Objectivo 6: Combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças</p>			
<p>SUMÁRIO DAS PRIORIDADES NACIONAIS NO PILAR DE HIV E SIDA ARTICULADAS COM AS DO PARPA: Plano Estratégico Nacional Multisectorial de Combate ao HIV e SIDA 2005-2009 (PEN II) – quadro operacional do PARPA II:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prevenção: Reduzir o número de novas infecções do actual nível situado em 500 por dia entre os adultos para 350 em 5 anos e para 150 em 10 anos. • Advocacia: Transformar a luta contra o HIV e SIDA numa emergência nacional • Estigma e Discriminação: Reduzir o estigma e a discriminação relacionados com o HIV e SIDA. • Tratamento: Prolongar e melhorar a qualidade de vida das pessoas infectadas pelo HIV e SIDA. • Mitigação das consequências do HIV e SIDA: Mitigar as consequências do HIV e SIDA a nível individual, familiar, das comunidades e das empresas, assim como o impacto global. • Pesquisa: Aumentar o nível de conhecimentos científicos sobre o HIV e SIDA, as suas consequências e as melhores práticas a serem utilizadas no combate contra este mal. • Coordenação da resposta nacional: fortalecer as capacidades 			
<p>AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS: ONUSIDA¹⁷, UNFPA, PNUD, UNESCO, UNICEF, UNODC, OMS, OIT, FAO, OIM, UNIFEM, PMA, ACNUR, IAEA</p>			
<p>OUTCOMES DO UNDAF: As pessoas, a sociedade civil e as instituições dos sectores público e privado a nível nacional e local são responsabilizadas por travarem a propagação do HIV e/ SIDA no seio da população de maior risco e por mitigarem o seu impacto.</p>			
Outcomes	Metas/Indicadores	Parceiros de Implementação/Colaboração	Orçamento Planificado (US\$) 2010-2011
<p>3.1 Programa abrangente de Prevenção do HIV cobrindo 5 áreas chave da Estratégia Nacional de Aceleração da Prevenção do HIV (ATS, Preservativos, GAR, CM e</p>	<ul style="list-style-type: none"> • % de mulheres e homens (15- 49 e particularmente de jovens dos 15-24 anos) que tenham feito o teste de HIV e conheçam o resultado nos últimos 12 meses. Meta: 85%. Linha de base: 65% • % de mulheres e homens (15- 49 anos e 	<p>Governo: MJD, MEC, MISAU, Núcleo de Mavalane, Coalizão da Juventude, ICS, GTO, CNCS MJ</p> <p>Parceiros da sociedade civil: RENSIDA, AMODEFA, Associação Visão Juvenil</p>	<p>UNFPA: 2,000,000 (RR) 2,500,000 (OR)</p> <p>UNICEF: 1,285,000 (RR) 3,250,000 (OR)</p>

¹⁷ A ONUSIDA, como Agência Líder deste Pilar, vai coordenar o trabalho das NU para o Pilar de HIV e Sida.

¹⁸ UNFPA é o Líder Técnico deste outcome e coordena o trabalho das UN nesta área de prevenção.

<p>CMC) implementado e expandido.</p> <p>Agências participantes: UNFPA¹⁸, UNICEF, UNODC, ONUSIDA, UNESCO, OMS, ACNUR</p>	<p>particularmente de jovens dos 15-24 anos) que tenham usado o preservativo na última relação sexual. Meta: 40% mulheres; 50% homens. Linha de Base: Mulheres 20%; Homens 30%</p> <ul style="list-style-type: none"> % de mulheres e homens (15- 49 anos e particularmente jovens dos 15-24 anos) que tenham tido relações sexuais com um parceiro fora do âmbito conjugal/marital nos últimos 12 meses. Meta: 7% mulheres; 35% homens. <p>Fontes de Verificação: Estudos de Comportamento Atitudes e Práticas; IDS; INJAD</p>		<p>UNODC: 240,000 (RR)</p> <p>ONUSIDA: 100,000 (RR) 100,000 (OR)</p> <p>UNESCO: 1,200,000 (RR) 900,000 (OR)</p> <p>OMS: 750,000 (OR)</p> <p>ACNUR: 60,000 (RR) 100,000 (OR)</p> <p>OIM: 1,480,000 (RR) 20,000 (OR)</p>
<p>Principais Resultados:</p> <p>3.1.1. Serviços de Aconselhamento e Testagem em Saúde expandidos com a qualidade e cobertura necessárias</p> <p>3.1.2. Mecanismos de uso, acesso e gestão, incluindo logística dos preservativos (masculino e feminino) fortalecidos e melhorados de forma a garantir uma maior cobertura e uso adequado deste insumo de prevenção.</p> <p>3.1.3. Programas, estratégias e mecanismos de coordenação para a promoção da saúde, incluindo prevenção do HIV voltada para os grupos mais vulneráveis desenvolvidos e implementados.</p> <p>3.1.4. Práticas relacionadas com a circuncisão masculina estimuladas com a observância de padrões necessários de segurança e higiene</p> <p>3.1.5. Estratégia de comunicação para a prevenção do HIV coordenada pelo CNCS e implementada, com enfoque especial em campanhas</p>	<p>Metas/Indicadores</p> <p>3.1.1 Percentagem de distritos com pelo menos um centro com serviços de aconselhamento e testagem equipada com pessoal qualificado. (Meta: 80%. Linha de base: 60%.)</p> <p>3.1.2 total de preservativos distribuídos nos últimos 12 meses. Meta: 9,000,000. (Linha de base: 6,000,000 preservativos).</p> <p>3.1.3 Mecanismo de coordenação multisectorial para cada um dos grupos mais vulneráveis com estratégias e planos de ação desenvolvidos: trabalhadoras de sexo, mineiros e prisioneiros. Meta: 1 mecanismo estabelecido para cada grupo alvo. Linha de base: nenhum.)</p> <p>3.1.4 Número de distritos com provedores de saúde treinados em Bio - segurança e técnicas básicas de higiene relacionadas com Circuncisão Masculina (Linha de base : N/D; Meta: melhoria mensurável: N/D)</p>		

de âmbito nacional, integradas com actividades de mobilização social que respondem as especificidades locais.	3.1.5 Número de campanhas de âmbito nacional desenvolvidas e disseminadas anualmente com a participação de parceiros chave, incluindo Governo. (<u>Meta</u> : pelo menos 1 campanha por ano. <u>Linha de base</u> : Nenhuma.) Fontes de Verificação: Relatórios Anuais, minutas de encontros Relatórios anuais.		
Outcomes	Metas/Indicadores	Parceiros de Implementação/Colaboração	Orçamento Planificado (US\$) 2010-2011
<p>3.2 Capacidade do MISAU e dos principais intervenientes aumentada para fornecer anualmente, até 2011, serviços integrados e abrangentes de PTV a pelo menos 65.000 mulheres grávidas e suas crianças expostas</p> <p>Agências participantes: UNICEF¹⁹, OMS, PMA, UNESCO, IAEA</p>	<ul style="list-style-type: none"> Número de mulheres grávidas seropositivas a receber profilaxia ARV para prevenir a transmissão do HIV da mãe para a criança. (<u>Linha de base</u>: 46,868; <u>Meta</u>: 65.0000 crianças nascidas de mulheres seropositivas que receberam profilaxia ARV à nascença para prevenir a transmissão do HIV da mãe para a criança) <p>Fontes de Verificação: relatórios de rotina do MISAU</p>	<p>Governo: MISAU, CNCS, Direcções Provinciais de Saúde: assegurar uma implementação de qualidade das actividades nacionais e locais de prevenção da transmissão da mãe para a criança; assegurar a coordenação e a definição actualizada de padrões e directrizes.</p> <p>Sociedade Civil: Health Alliance International, EGPAF, CUAMM, PSI, ICAP: apoiar a implementação de actividades em locais seleccionados.</p> <p>Parceiros de Desenvolvimento Bilaterais/Multilaterais: CDC/USAID (PEPFAR): proporcionar apoio financeiro e técnico</p>	<p>UNICEF: 387,000 (RR) 3,050,000 (OR)</p> <p>OMS: 760,687 (RR)</p> <p>PMA: 4,772,615 (OR)</p> <p>UNESCO: 50,000(RR) 100,000 (OR)</p> <p>IAEA: 100,000(RR)</p>
<p>Principais Resultados:</p> <p>3.2.1. Pelo menos 347 US com PTV apoiados pelas NU oferecem serviços de PTV integrados e de qualidade</p> <p>3.2.2. Pelo menos 80% das mulheres grávidas atendidas em US com PTV foram aconselhadas, testadas por HIV e receberam os</p>	<p>Metas/Indicadores</p> <p>3.2.1 Número de US onde se providencia a PTV apoiados pelas Nações Unidas (Linha de Base: 30 (2005) Meta: 347).</p> <p>3.2.2 Percentagem de mulheres grávidas aconselhadas, testadas por HIV e que receberam os resultados em US com PTV (<u>Linha de base</u>: 65%</p>		

¹⁹ UNICEF é o Líder Técnico deste outcome e coordena o trabalho das NU nesta área.

<p>resultados</p> <p>3.2.3. Unidades sanitárias seleccionadas em todas as capitais provinciais do País têm actividades de suporte nutricional para pelo menos 15,000 mulheres grávidas seropositivas em PTV</p> <p>3.2.4. Conhecimentos e motivação sobre PTV aumentada nas comunidades de referência dos postos de PTV</p>	<p>2004, <u>Meta:</u> 80%)</p> <p>3.2.3 Número de mulheres grávidas seropositivas a receber apoio nutricional em US com PTV (<u>Linha de base:</u> 5,000; <u>Meta:</u> 15,000)</p> <p>3.2.4 Percentagem de mulheres 15-49 anos de idade que conhecem 3 meios para prevenir a transmissão vertical do HIV (Linha de Base: 44% 2003; Meta: 60%)</p> <p>Fontes de Verificação: Relatórios de rotina do MISAU; Relatórios de monitoria dos projectos; inquéritos (MICS, DHS)</p>		
Outcomes	Metas/Indicadores	Parceiros de Implementação/Colaboração	Orçamento Planificado (US\$) 2010-2011
<p>3.3 Aumentada a capacidade do MISAU e dos principais intervenientes para melhorar a cobertura de 30% para pelo menos 40% das PVHS, seja em adultos seja nas crianças, beneficiando de um pacote de apoio padrão em pelo menos uma das seguintes áreas: terapia ARV, profilaxia e tratamento de infecções oportunistas, apoio nutricional, cuidados domiciliários e aconselhamento</p> <p>Agências participantes: OMS²⁰, UNICEF, PMA, ACNUR</p>	<ul style="list-style-type: none"> Número e percentagem de adultos com infecção HIV avançada que recebem a terapia ARV segundo os protocolos nacionais (cobertura de terapia ARV) (<u>Linha de base:</u> 15,900 (2005); <u>Meta:</u> 195,000) Número de crianças (<15 anos) seropositivas elegíveis que recebem terapia ARV (<u>Linha de base:</u> 1,500 (2005); <u>Meta:</u> 23,000) <p>Fontes de Verificação: relatórios de rotina do MISAU</p>	<p>Governo: MISAU, CNCS, Direcções Provinciais de Saúde: assegurar uma implementação de qualidade de actividades nacionais e locais de cuidados e tratamento; assegurar a coordenação e a definição actualizada de padrões e directrizes.</p> <p>Sociedade Civil: Health Alliance International, EGPAF, CUAMM E outras ONGs seleccionadas apoiar a implementação de actividades em locais seleccionados</p> <p>Parceiros de Desenvolvimento Bilaterais/Multilaterais CDC/USAID (PEPFAR)</p>	<p>UNICEF: 386,000 (RR) 5,150,000 (OR)</p> <p>OMS: 100,000 (RR) 750,000 (OR)</p> <p>PMA: 15,935,538 (OR)</p> <p>ACNUR: 20,000 (RR) 30,000 (OR)</p>

²⁰ OMS é o Líder Técnico deste outcome e coordena o trabalho das NU nesta área.

²⁰ UNICEF é o Líder Técnico deste outcome e coordena o trabalho das NU nesta área.

<p>Principais Resultados:</p> <p>3.3.1. Pessoal de saúde qualificado em todos os hospitais distritais devidamente treinado</p> <p>3.3.2. Protocolos nacionais actualizados, aprovados e distribuídos em todas as unidades sanitárias que fornecem o pacote de apoio padrão.</p> <p>3.3.3. Todas as unidades sanitárias que fornecem o pacote de apoio padrão (incluindo nutrição) para adultos, mulheres e crianças estão eficiente e adequadamente abastecidas com medicamentos e outros e itens relevantes</p> <p>3.3.4. Unidades sanitárias seleccionadas em todas as capitais provinciais do País fornecendo a cesta básica para pelo menos 13.500 doentes em TARV e TB</p>		<p>Metas/Indicadores</p> <p>3.3.1 Número de técnicos de saúde formados na distribuição do pacote de apoio padrão de acordo com as normas nacionais. (<u>Linha de base:</u> 150 (2009); <u>Meta:</u> 650 (2011))</p> <p>3.3.2 Percentagem de unidades sanitárias que implementam protocolos nacionais actualizados (<u>Linha de base:</u> 90%; <u>Meta:</u> 100%)</p> <p>3.3.3 Número e % de unidades sanitárias a fornecer o pacote de apoio padrão de acordo com protocolos nacionais para adultos e crianças (<u>Linha de base:</u> 200; <u>Meta:</u> 215) .</p> <p>3.3.4 Número de doentes em TARV e TB a receber suporte alimentar (Cesta básica) (<u>Linha de base:</u> 10.000 <u>Meta:</u> 13.500)</p> <p>Fontes de Verificação: Relatórios de rotina do MISAU; Relatórios de monitoria dos projectos;</p>	
Outcomes	Metas/Indicadores	Parceiros de Implementação/Colaboração	Orçamento Planificado (US\$) 2010-2011
<p>3.4 (Mitigação) 50% da meta das COVs abrangidas pelo Plano de Acção Crianças Vulneráveis (ou pelo menos 205.000 anualmente) juntamente com as suas famílias têm acesso a serviços básicos e a esquemas de protecção social.</p> <p>Agências participantes: UNICEF²¹, PMA, FAO, OIT</p>	<ul style="list-style-type: none"> Número de Crianças Vulneráveis abrangidas e identificadas por sistemas comunitários, que receberam 6 serviços básicos, nos últimos 12 meses: educação, saúde, transferências monetárias, assistência alimentar, apoio psico social, e apoio legal (incluindo registro de nascimento). <u>Linha de Base:</u> 65.000 Crianças Vulneráveis; <u>Meta:</u> 205,000 Crianças Vulneráveis Apoio Alimentar Directo (PMA) e pacotes básicos (UNICEF) são fornecidos utilizando o mecanismo de implementação do Programa de Apoio Social Directo do INAS. <u>Linha de Base:</u> 3,000 beneficiários recebendo o pacote básico de apoio (2006); <u>Meta:</u> 14,000 beneficiários recebendo pacote básico de apoio (cumulativo 2007 – 2011) Base de dados sobre as intervenções do governo e 	<p>MMAS, MJ, MEC, MISAU, MINAG, Governos Provinciais, Organizações da Sociedade Civil; ADEL Sofala e Manica</p>	<p>UNICEF: 1,013,000 (RR) 10,075,000 (OR)</p> <p>PMA: 1,600,000</p> <p>FAO: 2,000,000 (OR)</p> <p>OIT: 100.000 (OR)</p>

²¹ UNICEF é o Líder Técnico deste outcome e coordena o trabalho das UN nesta área.

	<p>da sociedade civil no âmbito da implementação do PACOV desenvolvidas a nível do MMAS a nível nacional e provincial <u>Linha de Base:</u> 5 províncias (2006) <u>Meta:</u> 11 províncias, 7 CFDs</p> <p>Fontes de Verificação: relatórios de ONGs, relatórios de INAS e sociedade civil, relatórios de MMAS</p>		
<p>Principais Resultados:</p> <p>3.4.1. Fortalecidas as capacidades das organizações da sociedade civil a nível provincial e distrital, para apoiar as comunidades na identificação de crianças vulneráveis e assegurar o seu acesso a serviços básicos incluindo assistência alimentar em 7 províncias.</p> <p>3.4.2. Expandido e consolidado o Programa de Escolas ” Celeiros da Vida” (JFFLS), apoiando tecnicamente o Governo e as organizações da sociedade civil na introdução e aplicação da metodologia JFFLS.</p> <p>3.4.3. Membros das cooperativas, pequenos produtores treinados em gestão de pequenos negócios e empoderados para incrementar a sua renda para melhor responder ao impacto do HIV e SIDA;</p> <p>3.4.4. Organizações de produtores capacitados em assistência domiciliária (cuidados domiciliários) para doentes crónicos</p>		<p>Metas/Indicadores</p> <p>3.4.1 Número de Comitês comunitários estabelecidos para identificar e facilitar o acesso de todos os 6 serviços básicos pelos COV’s . (<u>Linha de base:</u> 150 (2006); <u>Meta:</u> 210).</p> <p>3.4.2 Número de Celeiros da Vida (<u>Linha de base</u> 2006: 58; <u>Meta</u> 2011: 100).</p> <p>3.4.3 Número de pequenos produtores implementando actividades de geração de rendimentos. (<u>Linha de base:</u> 75 ; <u>Meta:</u> 200)</p> <p>3.4.4 Número de activistas em HBC treinados (<u>Linha de base:</u> 50 ; <u>Meta:</u> 200).</p> <p>Fontes de Verificação: relatórios de INAS</p>	
Outcomes	Metas/Indicadores	Parceiros de Implementação/Colaboração	Orçamento Planificado (US\$) 2010-2011
<p>3.5 Os Planos provinciais do sector publico, planos de acção das redes da Sociedade Civil e planos de negócios do sector privado integram o HIV e SIDA e Género e Calamidades Naturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> % dos planos sectoriais integrando o HIV e SIDA e Género e Calamidades naturais nas Províncias de Maputo, Sofala, Manica, Zambézia e Tete (<u>Linha de Base:</u> 0%; <u>Meta:</u> 50 % dos planos sectoriais integrando o HIV e SIDA e Género e Calamidades naturais nas Províncias de Maputo, Sofala, Manica, Zambézia e Tete) 	<p>Governo: CNCS, MPD, CNCS, MMAS, Ministério da Função Publica, MoL, Ministério da Justiça, MISAU, MINT, Min. das Finanças</p> <p>Sociedade Civil: ECOSIDA, OTM, MONASO, UEM, ISAP, UP, ISPU e ISCTEM, Fórum Mulher</p>	<p>PNUD: 700,000 (RR) 300,000 (OR)</p> <p>OIT: 220,000 (RR) 415,000 (OR)</p>

²² PNUD é o Líder Técnico deste outcome e coordena o trabalho das UN nesta área.

<p>incluindo o orçamento correspondentes para a sua implementação</p> <p>Agências participantes: PNUD²², OIT, UNIFEM, UNFPA, ONUSIDA, UNICEF</p>	<p>Fontes de Verificação: Relatório anual do Programa Conjunto</p>	<p>Sector Privado: CTA, OTM, SINTRAT, LAW, CFM. INGC, ASSOTSI, UNAC, MINAG,</p>	<p>UNIFEM: 50,000 (RR) 75,000 (OR)</p> <p>UNFPA: 200,000 (RR) 400,000 (OR)</p> <p>ONUSIDA: 100,000 (RR) 100,000 (OR)</p> <p>UNICEF: 100,000 (RR) 100,000 (OR)</p>
<p>Principais Resultados:</p> <p>3.5.1. Criação de Mecanismos Nacionais com vista ao estabelecimento de uma massa critica e fortalecimento institucional do Governo, Associação dos Empregadores, Organizações dos Sindicatos, Associações de Vendedores informais e Sociedade Civil (inclusive associações Juvenis e Centros Juvenis) por forma a especializarem-se em integração do HIV e SIDA e feminização do HIV e SIDA</p> <p>3.5.2. Ferramentas e metodologia de Monitoria e Integração do HIV e SIDA e do Género aplicadas por 180 técnicos do Governo empregadores e sindicatos na planificação e execução de programas sectoriais e seus planos de acção</p> <p>3.5.3. Integração do tema HIV e SIDA e Género nas emergências nas capacitações e planos do Governo e da Sociedade Civil Concepção de programas de formação para grupos marginalizados (prisioneiros, pessoas portadoras de deficiência e outros) que integram as componentes de Saúde Sexual e Reprodutiva, HIV e SIDA e Género.</p>		<p>Metas/Indicadores</p> <p>3.5.1 Número de pequenas e médias empresas com políticas sobre o HIV e Género de calamidades (<u>Linha de base:</u> 220 PMEs do sector informal e formal implementando políticas e programas de HIV; <u>Meta:</u> 450 Pequenas e médias empresas com políticas sobre o HIV e Género de calamidades;</p> <p>3.5.2 Número de técnicos do Governo, empregadores e sindicatos que adquiriram ferramentas e conhecimento metodologia de Monitoria e Integração do HIV para a planificação e execução de programas sectoriais e seus planos de acção (<u>Linha de base:</u> 0; <u>Meta:</u> 180 técnicos do Governo, empregadores e sindicatos)</p> <p>3.5.3 Número de redes da Sociedade Civil capacitada em integração de HIV e Género e Calamidades Naturais nos planos de acção. (<u>Linha de base:</u> 4 redes capacitadas em integração de HIV e Género nos seus planos de acção; <u>Meta:</u> Pelo menos 3 redes da Sociedade Civil capacitada em integração de HIV e Género e Calamidades Naturais nos planos de acção)</p> <p>Fontes de Verificação: Relatório anual do Programa Conjunto</p>	

Outcomes	Metas/Indicadores	Parceiros de Implementação/Colaboração	Orçamento Planificado (US\$) 2010-2011
<p>3.6 Um Sistema Nacional Único e Coerente de M&A fortalecido que recolhe e dissemina informação estratégica para informar, apoiarem e avaliar a Resposta Nacional de HIV.</p> <p>Agências participantes: ONUSIDA²³, UNFPA, OMS, UNODC, PNUD, UNICEF</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de actividades do Plano Nacional Integrado e Orçamentado de M&A (PIMA) implementadas. (Meta: 80% (2010) de actividades implementadas, línea de base: a determinar em 2009) <p>Fontes de Verificação: Relatório anual do PIMA</p>	<p>Governo: CNCS, MISAU, INE, MCT, UEM Sociedade Civil: PSI, FHI, MEASURE EVALUATION</p> <p>Parceiros de Desenvolvimento Bilaterais/Multilaterais WB, CDC, USAID, DANIDA, DFID, GTZ</p>	<p>UNFPA: 180,000 (RR) 150,000 (OR) ONUSIDA: 710,000 (OR)</p> <p>OIM: 600,000 (RR)</p> <p>UNODC: 145,000 (OR)</p> <p>PNUD: 100,000 (OR)</p> <p>UNICEF: 100,000 (RR) 100,000 (OR)</p>
<p>Principais Resultados:</p> <p>3.6.1. Plano operacional integrado e orçamentado (PIMA), custeado e financiado pelo menos num 50%</p> <p>3.6.2. Fortalecida a capacidade do CNCS a nível central e provincial para utilizar informação de HIV baseado em evidencia no processo de planificação e tomada de decisões.</p> <p>3.6.3. Informação estratégica para documentar a resposta nacional de HIV produzida e disseminada, incluindo a institucionalização do estudo de seguimento sobre gastos em SIDA (MEGAS).</p>	<p>Metas/Indicadores</p> <p>3.6.4. Percentagem do financiamento assegurado para a implementação do Plano Nacional Integrado e Orçamentado de M&A; Meta: pelo menos 50% (2010) do financiamento assegurado; Línea de base: a determinar ao fim de 2009)</p> <p>3.6.5. Número de relatórios trimestrais produzidos pelo CNCS a nível central e provincial; Meta: 4 relatórios trimestrais e 1 relatório anual; Línea de base: por confirmar)</p> <p>3.6.6. Número de relatórios e estudos realizados e disseminados pelo CNCS; Meta: 4 Estudos realizados: (MEGAS, UNGASS 2010, Estudo qualitativo sobre MCP e género, e Mapeamento de pontos quentes corredor de Beira e Tete); Linha de base: N/A)</p> <p>Fontes de Verificação: Relatórios trimestrais e anuais, Informe anual de</p>		

²³ ONUSIDA é o Líder Técnico deste outcome e coordena o trabalho das UN nesta área.

	implementação e financiamento do PIMA, relatórios e estudos disseminados
--	--

2.4. Pilar do Desenvolvimento Económico

<p>ODM(s):</p> <p>Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome</p> <p>Objectivo 2: Atingir a educação primária universal</p> <p>Objectivo 3: Promover a igualdade de género e a aquisição de poder pela mulher</p> <p>Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil</p> <p>Objectivo 5: Melhorar a saúde materna</p> <p>Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças</p> <p>Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental</p> <p>Objectivo 8: Criar uma parceria global em prol do desenvolvimento</p>
<p>SUMÁRIO DAS PRIORIDADES NACIONAIS NO PILAR DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO ARTICULADAS COM AS DO PARPA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover desenvolvimento económico e social equitativo, reduzindo as disparidades, com enfoque na redução da pobreza. Isto inclui: • Promover o apoio à criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento económico, através da formulação de políticas estratégicas com vista a uma maior integração da economia, nomeadamente a transição da economia informal para a formal, maior produtividade e disponibilidade de alimentos e de bens de consumo, • Promover melhor gestão de recursos naturais e a valorização de questões culturais e ambientais no desenvolvimento. • Promoção de emprego, de indústrias locais, acesso a mercados, comércio, serviços de finanças e infra-estruturas locais.
<p>AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS:</p> <p>FAO²⁴, UNIDO, PNUD, PMA, IFAD, UN-HABITAT, OIT, UNEP, UNESCO, ACNUR, UNCDF, ITC, UNCTAD, IAEA, UNFPA. UNIFEM</p>
<p>OUTCOME DO UNDAF:</p> <p>Oportunidades económicas acrescidas e mais equitativas com vista a garantir um modo de vida sustentável para mulheres e homens.</p>

Outcomes ²⁵	Metas/Indicadores	Parceiros de Cooperação/ Implementação	Orçamento Planeado (US\$) 2010-2011
4.1 Formuladas e implementadas políticas, planos e estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Número de políticas, planos e estratégias formuladas na área de desenvolvimento económico, até 2011. (<u>Linha de base</u>: 0; <u>Meta</u>: 4 	Governo: MÍC, MP, MINAG, MPD, MF, MINEC, MICOA, MAE, MOPH, Governos	PNUD: 900,000 (RR)

²⁴ A FAO, como Agência Líder deste Pilar, vai coordenar o trabalho das NU para o Pilar de Desenvolvimento Económico.

²⁵ Vide os documentos relevantes da agência para resultados específicos de cada agência..

²⁶ O PNUD é o Líder deste Resultado e irá coordenar o trabalho das Nações Unidas para o Resultado 4.1. sob o Desenvolvimento Económico.

<p>para promover o desenvolvimento económico equitativo e sustentável.</p> <p>Agências participantes: PNUD²⁶, FAO, IFAD, UNCDF, UN-HABITAT, UNEP, ITC, UNESCO, UNIFEM, ACNUR</p>	<p>estratégias, 1 lei, 1 política, 1 plano estratégico, 1 base de dados, 2 inquéritos nacionais)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número cumulativo de PEDDs com a componente espacial integrada (uso de terra) (<u>Linha de base</u>: 20 em 2008; <u>Meta</u>: incremento anual – 20) <p>Fontes de Verificação: Relatórios das Agências das NU e das instituições do Governo envolvidas nesta área, Matriz de Quadro Lógico do PARPA</p>	<p>Provinciais, Governos Distritais</p> <p>Parceiros de Desenvolvimento Bilaterais/Multilaterais: MCC/WB, IPEX, CTA</p> <p>Sociedade Civil: ANAMM CENACARTA, UEM,</p>	<p>FAO: 400,000 (RR) 2,000,000 (OR)</p> <p>IFAD: 8,042,000 (RR)</p> <p>UNCDF: 300,000 (RR) 50,000 (OR)</p> <p>UN-HABITAT: 500,000 (OR)</p> <p>UNEP: 1,302,844 (RR)</p> <p>ITC: 400,000 (RR) 350,000 (OR)</p> <p>UNESCO: 80,000 (RR)</p> <p>UNIFEM: 250,000 (OR)</p> <p>ACNUR: 30,000 (OR)</p>
<p>Principais Resultados:</p> <p>4.1.1.1. Estratégia de Comercialização Agrícola III, Estratégia Nacional de Crédito para a Pesca Artesanal, Estratégia de Desenvolvimento Local e Estratégia Nacional de Finanças Rurais, lei do Direito à Alimentação, Política das Industrias Criativas, Plano Estratégico do Desenvolvimento do Sector Agrário, base de dados de instituições de micro-finanças rurais, inquérito aos agregados familiares nas comunidades pesqueiras, e Censo Agro-Pecuário</p>	<p>Metas/Indicadores</p> <p>4.1.1 Estratégias, políticas e planos formulados (<u>Linha de base</u>: 0; <u>Meta</u>: em conformidade com os resultados até 2011)</p> <p>4.1.2 Número de PEDDs e número de PESODs formulados com actividades para implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local (LED) (<u>Linha de base</u>: 0. <u>Meta</u>: 3 distritos das províncias seleccionadas até 2011)</p> <p>4.1.3 Número de PEDDs e PESODs integrando assuntos transversais de</p>		

4.1.2	Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDDs) e Planos Económicos e Sociais e Orçamentos Distritais (PESODs) formulados com actividades para implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local (LED).	<p>segurança alimentar e nutrição, meio ambiente, mudanças climáticas e género. (<u>Linha de base</u>: 0. <u>Meta</u>: Todos distritos nas províncias seleccionadas até 2011²⁷).</p> <p>4.1.4 Número de Convenções e Tratados Internacionais ratificados (<u>Linha de base</u>: 0; <u>Meta</u>: 2 convenções).</p> <p>Fontes de Verificação: Relatórios das Agências das NU e instituições do Governo envolvidas, Relatórios do programa conjunto das NU sobre descentralização</p>
4.1.3	PEDDs e PESODs integrando assuntos transversais de segurança alimentar e nutrição, meio ambiente, mudanças climáticas e género.	
4.1.4	Pacto internacional sobre Direitos Económicos Sociais e Culturais, Convenção Internacional sobre a Protecção de todos os Trabalhadores Migrantes e membros das suas famílias, ratificados pelo Governo de Moçambique	

Outcomes	Metas/Indicadores	Parceiros de Cooperação/ Implementação	Orçamento Planeado (US\$) 2010-2011
<p>4.2</p> <p>Melhorada a produtividade e a disponibilidade de alimentos e de bens de consumo, a gestão dos recursos naturais e a valorização de questões culturais e ambientais no desenvolvimento.</p> <p>Agências participantes: FAO²⁸, UNIDO, IFAD, PNUD, UN-HABITAT, ITC, UNCTAD, UNESCO, UNFPA, ACNUR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de cereais (<u>Linha de base</u>: 2,296 M toneladas em 2007/2008; <u>Meta</u>: 3,117 M toneladas em 2009/2010) • Nível de abastecimento do mercado interno com pescado nacional proveniente da pesca artesanal (<u>Linha de base</u>: 103 mil toneladas em 2008; <u>Meta</u>: 115 mil toneladas em 2009) • Efectivo de caprinos (<u>Linha de base</u>: 4,844,002 em 2008; <u>Meta</u>: 10% -15% de aumento em 2011) • Fontes de Verificação: TIA/MINAG, Relatórios das Agências e publicações, TIA, PARPA, Dados estatísticos do MP 	<p>Governo: MINAG, MP, MICOA MPD', MEC, MIC, CEPAGRI,</p> <p>Parceiros de Desenvolvimento Bilaterais/Multilaterais: IPEX, CTA</p> <p>Sociedade Civil: CFJJ, FEMA – CPML,</p>	<p>FAO: 7,000,000 (RR) 7,000,000 (OR)</p> <p>IFAD: 13,013,000 (RR)</p> <p>UNIDO: 200,000 (RR) 4,700,000 (OR)</p> <p>PNUD: 200,000 (RR) 1,000,000 (OR)</p> <p>UN-HABITAT: 300,000 (RR)</p> <p>ITC: 950,000 (RR) 750,000 (OR)</p>

²⁷ Cabo Delgado, Nampula e Gaza

²⁸ A FAO é o Líder deste Resultado e irá coordenar o trabalho das Nações Unidas para o Resultado 4..2. sob o Desenvolvimento Económico.

			<p>UNCTAD: 375,000 (OR)</p> <p>UNESCO: 3,370,000 (RR)</p> <p>IAEA: 390,000 (RR)</p> <p>UNFPA: 60,000 (RR) 100,000 (OR)</p> <p>ACNUR: 240,000 (RR) 100,000 (OR)</p>
<p>Principais Resultados:</p> <p>4.2.1. Melhorada, alargada e descentralizada a prestação de serviços de apoio à agricultura, e elevada a qualidade dos seus quadros (serviços de investigação e extensão agrária)</p> <p>4.2.2. Legalmente reconhecidos e exercidos os direitos das comunidades à terra e recursos naturais</p> <p>4.2.3. Reforço da capacidade para adaptação e redução do risco das mudanças climáticas em zonas vulneráveis através de uso de tecnologias apropriadas e sustentáveis.</p> <p>4.2.4. Apoiado o desenvolvimento económico local através de actividades promotoras de turismo cultural nas Províncias de Nampula e Inhambane e Cidade de Maputo</p> <p>4.2.5. Empreendedorismo combinado com a prevenção de HIV disseminados no ensino secundário geral e ensino técnico profissional, INEFP e OCBs juvenis.</p>		<p>Metas/Indicadores</p> <p>4.2.1 Número total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão agrária. (<u>Linha de base:</u> 285,361 em 2007. <u>Meta:</u> 500,700 em 2011)</p> <p>4.2.2 Número de comunidades locais delimitadas e registadas no Atlas Cadastral (<u>Linha de base:</u> 242 comunidades em 2008; <u>Meta:</u> 50 novas comunidades anualmente)</p> <p>4.2.3 Número de cursos sobre questões ambientais e mudanças climáticas e número de participantes de instituições do governo nesses cursos (<u>Linha de base:</u> 0 em 2008; <u>Meta:</u> 2 cursos por ano com 30 participantes cada)</p> <p>4.2.4 Número de governos locais, comunidades, e de PME's, capacitados na gestão do turismo cultural (<u>Linha de base:</u> 0 em 2008; <u>Meta:</u> 50 em 2011)</p> <p>4.2.5 Número de entidades que integram empreendedorismo e HIV (<u>Linha de base:</u> 39 escolas; 3 INEFPs, 0 sociedade civil em 2009; <u>Meta:</u> 350 escolas, 3 INEFPs, 5 sociedade civil em 2011)</p> <p>Fontes de Verificação: TIA/MINAG, PARPA/MINAG, relatórios do projecto conjunto das NU sobre indústrias culturais e criativas, relatório do projecto</p>	

		conjunto das NU sobre mudanças climáticas	
Outcomes	Metas/Indicadores	Parceiros de Cooperação/ Implementação	Orçamento Planeado (US\$) 2010-2011
<p>4.3 Crescimento económico fortalecido pela promoção de emprego, indústrias locais, acesso a mercados, comércio, serviços de finanças e infra-estruturas locais</p> <p>Agências participantes: UNIDO²⁹, FAO, IFAD, PMA, PNUD, ITC, UNCTAD, UNESCO, ACNUR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Valor das exportações agrárias (<u>Linha de base:</u> USD 276,5 M em 2008; <u>Meta:</u> valor em 2011 a definir pelo PARPA III, ainda em elaboração.) • Valor das exportações de produtos com valor acrescentado nacional (<u>Linha de Base:</u> valor em 2008; <u>Meta:</u> valor em 2011 a definir pelo PARPA III, ainda em elaboração) <p>Fontes de Verificação: estatísticas IPEX</p>	<p>Governo: MIC, MP, INNOQ MISAU, MINAG, ME, CEPAGRI</p> <p>Sociedade Civil: ATM, AIMO</p> <p>Parceiros de Desenvolvimento Bilaterais/Multilaterais: IPEX, CTA,</p>	<p>UNIDO: 600,000 (RR) 6,500,000 (OR)</p> <p>FAO: 400,000 (RR) 2,000,000 (OR)</p> <p>IFAD: 4,000,000 (RR)</p> <p>PMA: 4,014,907 (OR)</p> <p>PNUD: 4,000,000 (OR)</p> <p>ITC: 250,000 (RR) 400,000 (OR)</p> <p>UNCTAD: 375,000 (OR)</p> <p>UNESCO: 1,700,000 (RR)</p> <p>ACNUR: 500,000 (RR) 150,00 (OR)</p>

²⁹ A UNIDO é o Líder deste Resultado e irá coordenar o trabalho das Nações Unidas para o Resultado 4.3. sob o Desenvolvimento Económico.

<p>Principais Resultados:</p> <p>4.3.1. Reforçada capacidade produtiva de PMEs com particular enfoque na agro-indústriais de modo a reduzir as perdas pós-colheita e melhorar a qualidade dos produtos</p> <p>4.3.2. Apoiada a transição de negócios do sector informal para o sector formal, reforçando a capacidade para resolver constrangimentos do lado da oferta, de certificação de qualidade e a capacidade de testagem de produtos destinados aos mercados interno e externo.</p> <p>4.3.3. Reforçado e operacionalizado o Quadro Integrado Reforçado (EIF) de assistência técnica relacionada com o comércio, incluindo negociação e facilitação do comércio e capacidade para resolver, a nível nacional, questões de padronização, certificação e segurança alimentar e garantia de qualidade.</p> <p>4.3.4. Reforçadas as oportunidades de financiamento às iniciativas de produção dos vários sectores da economia.</p>		<p>Metas/Indicadores</p> <p>4.3.1 Número de PMEs com capacidade produtiva reforçada (<u>Linha de base</u>: 0; <u>Meta</u>: 20 em 2011)</p> <p>4.3.2 Número de produtos certificados localmente (<u>Linha de base</u>: 0 (2009); <u>Meta</u>: 5 produtos)</p> <p>4.3.3 Aumentado o Número e orçamento de projectos implementados no âmbito do Quadro Integrado Reforçado (EIF) (<u>Linha de base</u>: 5 projectos e 1 milhão USD em 2009; <u>Meta</u>: 8 projectos e 10 milhões USD em 2011)</p> <p>4.3.4 Número de operadores financeiros financiados pelo Programa de Apoio a Finanças Rurais PAFR. (<u>Linha de base</u>: 19 operadores beneficiando 24 000 clientes em 2009; <u>Meta</u>: 32 operadores beneficiando 31 000 clientes em 2011)</p> <p>Fontes de Verificação: relatórios do programa conjunto das NU, relatórios do INNOQ e do IPEX, , relatórios do Quadro Integrado Reforçado (EIF)</p>	